
003ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 04MAI2016

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Esta audiência pública tem por objetivo discutir acerca da segurança pública do Município de Porto Alegre. Passo a ler o edital. (Lê.) “O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para audiência pública a ocorrer, no dia 4 de maio de 2016, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 20 de abril de 2016. Ver. Cassio Trogildo, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa desta audiência o Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; a Coronel Nádia Gerhard, representante da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos; Sr. Mário Ikeda, Comandante do Policiamento da Capital; Sr. Cléber Ferreira, Delegado representante da Polícia Civil; Sr. Carlos Wendt, Delegado representante do Departamento de Polícia Metropolitana; Sr. Eduardo Ernesto Lucas Almada, Diretor de Serviços Administrativos, representante da Associação dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul; André Roncatto, Vice-Presidente financeiro, coordenador da Comissão de Combate à Informalidade, representante da Fecomércio; Sr. Paulo Kruse, Presidente do Sindilojas. Prestigiam esta audiência pública, o Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito de Porto Alegre; Ver.^a Sofia Cavedon; Ver. Reginaldo Pujol; Ver. Márcio Bins Ely; Ver. Valter Nagelstein; o Sr. Alberto Terres, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul; Sr. Gilmar Drago, coordenador do Conselho Comunitário dos bairros Lindoia e São Sebastião; Sr. João Henrique Remião de Macedo, Coordenador do Conselho Comunitário de Justiça e Segurança do bairro Petrópolis; Sr. Luiz Alberto Pires, Coordenador do Fórum de Segurança Região Noroeste de Porto Alegre; Sr. Bruno Knob, do Conselho Municipal de Justiça e Segurança; Major-Brigadeiro-do-Ar da Reserva Raul José Ferreira Dias; e o Sr. Norton Luiz Lenhart, do Conselho Superior da Associação Comercial de Porto Alegre.

O Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Câmara Municipal, está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Vamos, primeiramente, elucidar como será a nossa audiência pública. Nós tivemos alguns pedidos para realização de audiências públicas – algumas, inclusive, setoriais. Mesmo que algumas entidades tenham pedido reuniões de bairro para segurança pública, nós resolvemos fazer uma única reunião. Nós temos aqui solicitação da CCJ, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, do Conselho Comunitário de Segurança do bairro Lindoia, do Conselho Distrital de Saúde da Glória, Cruzeiro e Cristal e também do Comitê Permanente de Segurança Pública Metropolitana. Foram esses os proponentes cujas proposições nós juntamos todas para chegar a esta audiência.

Nós temos, regimentalmente, nas audiências públicas, a possibilidade de dez intervenções de plenário. Então, nós queremos anunciar que, ali à nossa esquerda, a Diretoria Legislativa fará as inscrições de dez intervenções. Começaremos pelos proponentes, sendo que cada um terá 5 minutos; após escutarmos os proponentes e a comunidade, abriremos a palavra para a Mesa caso queira fazer a sua manifestação. Então, o Ver. Valter Nagelstein me pediu para ser o primeiro orador, e tem sua proposição pela Comissão de Constituição e Justiça da nossa Câmara Municipal de Vereadores.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, muito obrigado. Senhores que compõem a Mesa, eu peço desculpas por não saudá-los um a um, pois já foram nominados, embora eu tenha grandes amigos aqui, em virtude até da escassez do tempo e para que avancemos naquilo que me parece ser substantivo. Quero saudar os senhores e senhoras, cidadãos da nossa Cidade, que acorrem ao nosso evento de hoje, importantíssimo; quero saudar o nosso Secretário Municipal de Segurança também e o nosso Vice-Prefeito, que nos prestigia com sua presença. Eu quero agradecer à CCJ, ao Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, e também, obviamente, ao Presidente desta Casa, Ver. Cassio, por estarmos fazendo este evento no dia de hoje.

Eu tenho dito que não há tema, neste momento, mais importante do que a segurança pública. Óbvio que todos os temas são importantes, como a educação, a saúde, mas a segurança pública tem a ver com a própria razão de ser do Estado. Em um determinado momento, nós abrimos mão do exercício das próprias razões para delegarmos ao Estado a tutela da nossa vida, do nosso direito, e esperamos, com isso que, efetivamente, em

contrapartida aos impostos que pagamos, a tudo que, como cidadãos, exercemos e temos direito de receber, que o Estado nos dê segurança. Portanto, essa é a questão basilar da própria formação do contrato social que permeia tudo. E quando nós estamos sem segurança, o que é que nós temos? Eu tenho estudado, Sr. Presidente, essa questão há algum tempo. Ainda na campanha do meu querido Governador José Ivo Sartori, nós trouxemos aqui o Delegado José Mariano Beltrame, que nos fez uma apresentação a respeito de toda a estruturação da questão da segurança pública no Rio de Janeiro: como eram medidas as manchas criminais, como é que, com a escassez dos meios materiais, esses eram alocados em determinados momentos, onde se sabia que a criminalidade e a violência urbana eram mais agudas em determinados bairros, determinados dias. Por exemplo, dia que tem pagamento, numa determinada região da cidade, se sabe que lá recrudescer a violência e a criminalidade. Então, como é que tu trabalhas nesse período com o pessoal que está operando e com o pessoal que está de folga? Como é que se faz isso? Ou seja, um trabalho de inteligência na aplicação dos recursos que são escassos, sabemos disso.

Delegado Cléber, que eu conheço há tantos anos, eu me compadeço da situação, tanto da Brigada Militar, quanto da Polícia Civil, porque entramos numa delegacia de polícia, e a polícia, heroicamente, está trabalhando com uma impressora matricial ainda, de 1980, que ninguém mais trabalha. Não sei nem como é que consegue papel! A Brigada Militar, com as viaturas que estão rodando 24 sobre 24. Mas por que não avançamos nas outras questões, que são as parcerias com a sociedade civil, Norton, com as associações, com o nosso CDL, com o Sindilojas, com a Fecomércio? Por que nós não conseguimos fazer isso? Por que nós não avançamos, por exemplo, na pauta dos presídios, das PPPs nos presídios? Nós não estamos delegando, caro desembargador que nos visita hoje, a tutela jurisdicional, nem a aplicação da justiça; nós estamos delegando somente a hotelaria do preso, que está no presídio hoje, que é, infelizmente, uma fábrica de pós-graduação do crime, que nós não conseguimos sequer cortar o telefone celular de dentro do presídio! E que as facções criminosas estão comandando dentro dos presídios! Mas por que nós não avançamos nas PPPs dos presídios? Por quê? Porque, meu caro Coronel Ikeda, nós não podemos avançar naquilo que existe nos EUA, na França, em tantos outros lugares, a regulamentação do bico do policial? Porque sabemos que policial faz bico, sabemos que ele trabalha 12 horas por 36 horas. E por que é que nessas 36 horas em que ele faz o

bico... Uma ocasião, estava nos EUA, entrei numa loja Walmart, e tinha um policial fardado lá dentro da loja. Aí eu perguntei para um cara: mas como é que aquele policial está aqui? “Ah, mas ele é contratado para estar aqui, porque hora de folga dele, ele pode estar fardado”. É a presença do Estado ali dentro! A presença ostensiva, que é o papel da Polícia Militar, e dissuasória. Aí, o cara vai assaltar, meu caro Brigadeiro Raul, um supermercado lá Restinga; ele vê que tem um PM fardado lá dentro, ele já não vai assaltar mais. Mas por que não avançamos para isso? Por que estamos perdendo já um ano, um ano e meio do Governo e não temos pautas propositivas nessas questões? Então, os presídios não foram enfrentados, os Consepros que existiam antigamente. Por que nós não podemos, com as associações comerciais, industriais, fazer com que deem a viatura, o carro, o fardamento e que ajudem a Polícia Militar a estar mais presente e a ter mais meios que não têm. Por que nós não vencemos essas inércias? E, por outro lado, nós estamos todos morrendo – vocês sabem disso! Porto Alegre, hoje, é das 60 cidades mais violentas do mundo. Nós não saímos um dia que não tenhamos que tirar o relógio! Na volta de casa, eu já vi universitários sendo assaltados para lhes tirarem a mochila, o *laptop*. Mas isso não é nada, quando não tiram a vida das pessoas! Então, nós estamos numa situação de absoluta calamidade nessa questão da segurança. E por isso que a CCJ, junto com toda a Câmara, está se mobilizando para fazer essa discussão, precisamos pressionar.

Portanto, quero agradecer muito aos líderes comunitários que estão aqui e tudo mais. E, por último, Sr. Presidente, embora agradeça – vejam bem o que estou dizendo a cada um de vocês que veio hoje aqui –, quero lamentar que somos muito poucos perto do problema que estamos vivenciando. Porque o Governador do Estado, para quem trabalhei e em quem votei, quando ele olha para a nossa audiência pública e vê meia dúzia de gatos pingados – desculpem dizer isso –, ele vai dizer o seguinte: “Esse tema não tem importância, porque a sociedade não está lá”. E eu sou político, gente, e os políticos também se movimentam por isso. Quando o Beltrame veio aqui, ele disse que o nosso orçamento era de R\$ 2 bilhões e aumentamos para R\$ 7 bilhões. Eu sei, nós não vamos fazer milagres na multiplicação dos pães, que não existem. Mas se nós não temos recursos orçamentários para alocar nas forças de segurança, temos que começar a pensar meios diferentes para poder, de novo, ter o mínimo de segurança.

Eu acho que a Brigada é heróica. Eu propus e a Mesa acolheu um diploma de honra ao mérito àqueles brigadianos que tiveram aquele ato de bravura naquele dia. A sociedade está sedenta por isto, meu caro Delegado Cléber: quer ver a Polícia Civil, quer ver o nosso Judiciário, meu caro doutor, mantendo essas pessoas presas! E estou falando como advogado criminalista, mas por outro lado, agora, como político e como cidadão. Nós precisamos mexer nas nossas leis penais, precisamos garantir, de fato, que fiquem lá encarcerados, que a punição, que a pena seja um castigo de fato! Pena é castigo, senhores! A pena tem o caráter de prevenção geral e tem o caráter de castigo. Mas o cara vai para lá, não é mais castigado, aí vem os direitos humanos – ao contrário –, para dizer que não pode ter castigo. Mas o cidadão cometeu um ilícito, um delito, foi condenado pela sociedade e tem que cumprir a sua pena! Ninguém que seja pena de morte, nem nada, mas que cumpra o castigo que a sociedade lhe impõe. E não é mais isso. Então há esse sentimento de abandono, de desamparo, de falta de presença das nossas polícias. E nós estamos desesperados, mas ainda conseguimos gritar. É isso que nós estamos fazendo, porque, daqui a uns dias, infelizmente, se mortos estivermos, por óbvio, nem gritar mais nós poderemos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Valter. O Sr. Gilmar Drago, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Lindoia, está com a palavra.

O SR. GILMAR DRAGO: Boa noite à Mesa, na pessoa do Presidente Cassio que oportuniza aos porto-alegrenses debaterem um assunto tão importante. Saúdo quem comanda a Segurança pública, na Brigada Militar em Porto Alegre, o nosso querido Coronel Ikeda. Antes de me pronunciar, em nome da Associação dos Moradores do Bairro Lindoia, São Sebastião, do Conselho Comunitário, eu gostaria de fazer uma observação ao querido Vereador que me antecedeu aqui, o Valter Nagelstein. Esta Casa tem 36 representantes de Porto Alegre. Quando eles tomam as decisões, fazem em nome de 1 milhão e 409 mil habitantes. Nós também queremos ter esta representação, mas se você levar a informação, Vereador, para o Governador, que, se nós tivermos mais de 40 pessoas aqui, Porto Alegre estará representada por, pelo menos, 50% da população. Então manifesto posicionamento, neste debate, sobre a segurança pública, do Conselho Comunitário dos bairros Lindoia e São Sebastião, quanto à importância da manutenção

dos postos da Brigada Militar, como forma de aproximar a polícia da comunidade e, desta forma, proporcionar uma atuação mais preventiva, podendo ser tomadas as iniciativas antes de os crimes acontecerem. Essa estratégia de atuação vem ao encontro do que nos acostumamos chamar de polícia comunitária. Vivemos momentos difíceis, de muita insegurança. Há divergência nos conceitos e até mesmo nas prioridades das ações, prevenções, fatores de risco, redução das oportunidades para o crime, repressão. Sabemos ser inútil tirar as pessoas das situações que produzem criminosos e, ao mesmo tempo, permitir que tais situações continuem. Sabemos do déficit de policiais, que é histórico, e que as ações para reverter esse quadro deficitário passam pelo Parlamento. O Conselho Comunitário dos bairros São Sebastião e Lindoia atua em conjunto com o fórum da Região Noroeste, desde março de 2006, há dez anos, quando iniciou os trabalhos para trabalhar junto com a Brigada, com o então 20º BBM, quando, a partir, inclusive, de 2009, teve como prioridade, lá em Brasília, na Conferência Nacional de Segurança, a polícia cidadã e a polícia comunitária, muitos porto-alegrenses se mobilizaram nos conselhos, junto aos orçamentos, para, nos terrenos de Porto Alegre, colocarem os equipamentos dos postos da Brigada para nos protegerem, para estarem junto com a comunidade. Nós fomos eleitos, representando a sociedade civil, na expectativa de que, realmente, seria um trabalho da Brigada Militar, da Polícia Civil e da Guarda Municipal com ações que fossem de Estado e não apenas de governo, porque todo aquele trabalho, todos esses postos da Brigada Militar, das companhias – cadastramos seis Batalhões, cada um com quatro ou cinco companhias e seus pelotões –, nós acreditamos nisso, que era esse o trabalho que os profissionais da área disseram que tinha que ser feito. Aqueles espaços físicos eram PPP; o terreno era da Prefeitura ou do Estado, mas a obra foi construída pela associação de moradores, pelos empresários da volta, tijolo por tijolo, cimento, telha... Então não pode, de repente, isso não servir mais para nada e os postos terem que ser fechados por uma nova estratégia.

Nós entendemos que o déficit de pessoas é grande, sim, e este Parlamento, representando a comunidade, os parlamentares municipais e estaduais têm a responsabilidade de cobrar esse efetivo deficitário há 30 anos. Mas nós não temos mais espaço para ficar falando do que nós não temos. Nós temos que ter, por quilômetro quadrado, onde os óbitos estão acontecendo... São 50 mil homicídios por ano, não é possível isso! Se alguém for a óbito, no posto nosso lá da UPA do Triângulo, algum

médico vai ser responsável por fazer o atestado de óbito da pessoa, mas as pessoas estão morrendo a cada esquina e ninguém é responsável. Não há um policial responsável por aquela cidadã que morreu naquela esquina, e tem que ter! Se nós temos 3 mil médicos para atender 1 milhão e 409 mil habitantes, e temos 18 mil policiais, tirando todo o entorno... E aqui em Porto Alegre, se temos 2 mil, mas são 4 mil; mas se fossem só dois... Nós temos só 80 bairros; divide 80 bairros para 2 mil policiais! Nós teríamos que ter alguma lógica para que a comunidade pudesse acompanhar qual o critério. É por habitação, é por quilômetro quadrado, é por área? No nosso bairro lá, o São Sebastião e o Lindoia, da Ouro Preto até a Joaquim Silveira, da Assis Brasil até a Sertório, são dois quilômetros quadrados. O São Sebastião tem 3.150 famílias. Nós teríamos que ter, pelo menos, quatro policiais em cada turno. Pelas contas, dá 12 em cada turno. Mas se, logisticamente, nós não podemos cobrar isso, se isso não pode ser dito operacionalmente para o Gilmar, não pode ser dito para o nosso coordenador Bruno, que coordena o Conselho Comunitário de Segurança, não pode ser dito para o nosso Ver. Cassio Trogildo, não pode ser dito para o Presidente da Assembleia, para quem se pode dizer? Se eu ligar para o Secretário de Educação Vieira da Cunha e perguntar onde está o professor tal, em que turno, em que escola, neste momento, ele vai ver lá onde está, se tem 30 horas, 20 horas, e dizer que está em tal lugar. E se eu perguntar pelo sargento tal? Então, é este encaminhamento que eu estou dizendo que a sociedade, mais adiante, talvez até filosoficamente falando, não sei de que forma, mas é esta cobrança da efetividade que nós temos que fazer pelo serviço que nos é caro. Nós temos que saber onde estão os servidores, assim como nós temos que saber qual é o médico que está no postinho e qual é o professor que está na sala de aula. Não podemos ficar morrendo sem ninguém ser responsável por aquela área da Cidade. Nós temos que administrar o que nós temos, não os que não vieram para trabalhar, os que estão de férias, os que estão doentes.

Nesse sentido, eu encerro a minha fala, dizendo, inclusive, pela coerência, o quão importante é o trabalho que foi apresentado pelo Coronel do 20º BPM, no dia 22, numa audiência nesta Casa, quando ele apresentou um projeto em que está trabalhando, com os poucos recursos pessoais; levou os três da Região Norte lá para o 20º, mostrou o projeto e está fazendo os comunitários monitorarem quase que semanalmente o trabalho que ele está fazendo, e eu recomendo que os coordenadores dos 17 fóruns entrem em

contato com aquele Batalhão para saberem do trabalho que está sendo feito lá. Boa noite e bom encontro a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Gilmar. Convidamos agora, para fazer uso da palavra, a Sra. Jussara Cabeda, representando o Conselho Distrital de Saúde Glória/Cruzeiro/Cristal.

A SRA. JUSSARA CABEDA: Boa noite às autoridades da Mesa, ao Presidente da Mesa, ao Vice-Prefeito e a toda comunidade presente, que é pouca – e aí, respondendo ao Vereador, eu digo por que somos poucos aqui: porque temos medo, porque estamos inseguros. (Palmas.) O pessoal não quer sair das vilas porque não pode voltar, porque tem que ficar nas paradas de ônibus.

Eu represento a Glória/Cruzeiro/Cristal, e nós estamos vivendo uma situação limite. Tem uma região em que 30 famílias foram desalojadas pelos traficantes. Nós vamos nos reunir no Conselho Local de Saúde e temos que fechar a reunião porque os traficantes estão lá fora armados. Tivemos que chamar a Guarda Municipal. Estamos caminhando por dentro das vilas – estou dizendo nas vilas – e o traficante está ali vendendo na frente da gente; estão se organizando, estão monitorando toda a região. A gente sente um grupo muito forte. Criaram uma força que a gente não tem, como comunidade, como enfrentar.

O que nós estamos fazendo? A nossa proposta é tentar fazer a cultura da paz com as comunidades. Só que, como a gente faz isso? Eu pergunto: será que a Prefeitura teria como nos ajudar? A Secretaria da Cultura nos ajudaria a fazer eventos de cultura? A Secretaria do Esporte nos ajudaria? A Segurança tem verba para isso? A Secretaria dos Direitos Humanos tem verba para isso?

Nós não queremos ver as crianças que nós temos hoje em dia na creche serem mortas daqui a 15 anos; o jovem que é atendido no serviço de convivência, daqui a cinco anos, já estar vendendo drogas e ser morto também, também assaltar, também matar.

A proposta não é só ter a militarização, prender todo o mundo. Nós queremos criar um cidadão que não precise ser preso depois. E, para isso, nós precisamos também do Poder Público. Nós não temos como. Nós trabalhamos nas creches comunitárias com o mínimo de verba para manter aquelas crianças. Trabalhamos no serviço de convivência sem receber quase nada da Prefeitura para manter as crianças no turno extra da escola.

O que nós podemos fazer? Só pedir que prendam? Eu vou dizer para vocês: eu, pessoalmente, gostaria que prendessem todos os traficantes que eu vejo todo o dia. Mas não adianta, porque, se prendem aqueles, vem outra horda para o lugar, porque a quantidade é grande. Se tiramos cinco, voltam mais cinco, o tráfico bota mais cinco naquele lugar. O que a gente tem que fazer? Nós estamos, na nossa região – com a ajuda, inclusive de um professor da UFRGS, voluntário –, tentando criar a cultura da paz, querendo fazer eventos para que a gente tenha a participação do povo, para que o povo seja alegre de novo, para que o povo pare de ter medo. Para isso, nós precisamos de quê? Nós precisamos da ajuda do Poder Público. O Governo Municipal tem que nos ajudar, não botando Guarda Municipal por toda a Cidade, mas nos ajudando a criar essa outra cultura, porque, se a gente não tiver essa outra cultura de paz, de alegria, de construção de coisas, de construção de vida, não temos saída. Cada vez mais vão se reproduzindo as pessoas que vão para a marginalidade, que largam o emprego, largam o estudo e vão ser traficantes.

Eu gostaria que vocês, quando se posicionassem, dissessem o que é possível fazer. Nós estamos fazendo a nossa parte, mas não podemos fazer sozinhos. Nós temos que ter verba. E verba de onde? Povo de vila não tem verba, gente. Nós temos que ter ajuda, talvez do comércio, talvez dos sindicatos, talvez o próprio Governo acordasse e nos ajudasse. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro as presenças do Ver. Delegado Cleiton e do Sr. Carlos Ben-Hur, da Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa. A Ver.^a Sofia Cavedon, da Bancada do PT, está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa noite, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, em seu nome eu cumprimento todos os senhores, as autoridades aqui apresentadas, representando tanto as entidades da sociedade, quanto os órgãos de segurança pública. Quero cumprimentar, em nome da Nádia, única mulher compondo a Mesa, representante da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, as mulheres presentes aqui, das comunidades, das associações, enfim, saudar a presença de todos e todas. A nossa Bancada encaminhou, já faz um tempo, dois pedidos, fortalecendo o pedido do PAM-3, da comunidade Glória/Cruzeiro, e também em função da região Centro; e uma solicitação

para que esta Câmara reunisse, iniciasse um processo... E eu quero parabenizar, porque o Presidente também, paralelo a isso, está encaminhando o Comitê Metropolitano para tratar do sistema de segurança. Primeiro, porque nem esta Casa, nem a Prefeitura Municipal podem se furtar, ao contrário, devem se envolver sistematicamente, se preocupar com a segurança pública dos cidadãos e das cidadãs desta Cidade. Aqui é a cidade de Porto Alegre, mobilizada, atenta, iniciando, através da sua instituição, Presidente, um trabalho de convencimento, de pressão, de solução para esse tema contundente, grave e urgente da nossa Cidade. Nós, na cidade de Porto Alegre, temos pena de morte. Hoje, num debate à tarde, inclusive, uma pessoa que era contrária às minhas opiniões, que gritou de lá, contrapondo a fala de um dos nossos Vereadores: “Nós temos pena de morte, sim, nas ruas da Cidade!” Nós perdemos, em Petrópolis, nesta semana, mais uma vida, mais um jovem, de 23 anos, estudante. E lá no nosso bairro, onde eu moro, nós estamos com uma organização, um esforço comunitário para que a nossa comunidade construa uma rede, uma teia. Nosso representante vai falar aqui. Eu quero saudar os representantes que aqui estão. É um trabalho inicial bonito, as pessoas estão saindo da sua casa, porque estão no limite. E como vai dizer aqui um dos nossos representantes: nós é que estamos em liberdade condicional na verdade. Os nossos filhos estão assustados, apavorados, estão cerceados no seu ir e vir. E a vida das pessoas está por um fio, por um golpe de sorte, e isso não é falar uma mesmice, ou uma demagogia. Isso é muito grave, e não, é dizer: não, é de agora. Só que uma das dimensões da minha fala é de que nós conseguimos piorar a nossa vida, ver piorar as condições de proteção à vida. E aí, senhores e senhoras, é muito importante que o Governo tenha clareza, que a população de Porto Alegre considera isso como a primeira questão, porque, o resto, nós vamos atrás. Nós vamos lutar, nem que tenhamos que ficar dez horas na fila de um posto de saúde esperando um atendimento, como muitos dos nossos cidadãos ficam, não é Tia Vera? – e cumprimento as nossas lideranças comunitárias. Mas a morte na tua porta, para ela não tem saída, não tem solução. É com essa contundência que nós gostaria que os senhores e a senhoras nos ouvissem. Ora, nós tivemos uma redução – e eu pergunto: o que o Governo do Estado pensa disso? Porque a evidência do grau de periculosidade da nossa Cidade está aqui estampada nos números. Quer dizer, as operações de policiamento foram reduzidas em 20%, de 2014 para 2015, 20% a menos de operações de policiamento; 9, 24%, 10% a menos de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 04MAI2016

policimento em locais de diversão pública; e 17% de redução do policiamento em estabelecimentos de ensino, no entorno das escolas, nos estabelecimentos de ensino.

Quero cumprimentar o nosso Presidente Bruno, do Conselho Municipal de Segurança, na tua pessoa, Sr. Presidente, deveríamos convidar a compor a Mesa. Quero cumprimentar os esforços aqui do Lindóia, do Três Figueiras, que estão reunindo a comunidade, lá no PAM, e pedindo a alteração dessa situação. Se a gente pegar a perspectiva das aposentadorias, ela é muito grave no sentido de redução de contingente. Não estou falando algo que não se saiba, só que isso é resultado exatamente daquilo que foi celebrado na semana passada: o heroísmo. Mas nós não precisamos ter heróis, os brigadianos e as brigadianas na vida e na morte: porque não tem contingente; porque não tem hora-extra; porque não tem armamento adequado; porque não tem tecnologia.

E eu falo, na última parte da minha fala, da parte da Delegacia de Polícia. Lá numa das reuniões do nosso Conselho de Petrópolis, nós tivemos o depoimento do representante da 8ª Delegacia. E eu imagino que não seja diferente do resto da Cidade, que tem apenas três agentes de investigação para os bairros: Três Figueiras, Petrópolis, Rio Branco, Jardim Botânico, Bela Vista e Mont'Serrat. Segundo ele, há 22 mil inquéritos, e não tem gente para trabalhar neles, para solucionar o caso, para descobrir quem é o bandido, para desbaratar *gangs*. Então, nós não temos nada, ou quase nada em investigação, em prevenção, em atuação no sentido da articulação com a Brigada Militar, com o ostensivo. Então, Sr. Presidente, e nós perdemos a nossa única viatura com xadrez, não tem como ir lá e prender, porque não tem aonde levar, carregar o bandido. A nossa situação é muito séria, é muito dramática! A nossa Cidade tem que reagir, a Capital dos Gaúchos tem que reagir, porque está acontecendo no Rio Grande inteiro. E o Governo do Estado precisa entender que ou protege a vida ou ele não tem necessidade de existir. Ou protege a vida da população ou Governo para quê? Tem que haver prioridade, tem que haver resposta, tem que haver escuta. E eu espero ouvir isso na audiência pública. Esta é a primeira apenas. Nós não trabalhamos para dar inchaço, aqui tem representação social, mas nós vamos seguir mobilizando, se continuar esse assassinato pelas ruas da nossa Cidade. Nem falei dos jovens negros da nossa periferia, ou seja, da incapacidade de atuar no tema da droga, das *gangues*, enfim. Quero agradecer a presença de vocês, de todos e todas, e dos órgãos. Gostaríamos, enquanto Câmara, de representar aqui a responsabilidade que nós, o Legislativo, temos de responder para sua população. É isso

que nós estamos fazendo aqui, Presidente Cassio, eu te agradeço, e que a gente possa continuar muito forte nesta cruzada que é pela vida de todos nós. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver.^a Sofia. Quero registrar as presenças do Tenente-Coronel Kleber Goulart, Comandante do 1º BPM; e da Tenente-Coronel Najara, Comandante do 21º BPM. Quero aproveitar a oportunidade para publicizar que no dia 19 de abril, como manifestou a Ver.^a Sofia, nós instalamos aqui, na Câmara Municipal, o Comitê Permanente de Segurança Metropolitano. Os proponentes desse comitê foram: a Câmara Municipal, a Ajuris, o Fórum Latino Americano de Defesa do Consumidor, a ABAMF, a ASSTBM, o Parlamento Metropolitano da Grande Porto Alegre e a Asdep. Está justamente no escopo desse comitê a formação de subcomitês municipais. Por que um comitê metropolitano? Porque a criminalidade não termina quando atravessa a rua e começa outro Município. Então que esta nossa Audiência Pública aqui, Ver. Delegado Cleiton – que em seguida está inscrito para falar –, possa ser o embrião de nós termos aqui o nosso comitê, subcomitê do Comitê Metropolitano para tratarmos permanentemente. Assim não precisamos ficar chamando audiências públicas, mas que se tenha uma regularidade nesta Casa para tratar sobre esse assunto. Lógico, que nós temos a Comissão Permanente que trata desse assunto e de outros também, mas que a gente possa ter um subcomitê funcionando com regularidade. Nós temos o Cel. Malabarba, que está trabalhando conosco na presidência, que está fazendo a coordenação executiva do Comitê Metropolitano e que também pode fazer a coordenação executiva desse nosso subcomitê de Porto Alegre.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente desta Câmara, Ver. Cassio Trogildo; Tenente-Coronel Nádia Gerhard, representante da Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos, minha querida amiga que participou de vários debates aqui, nesta Casa; meu amigo de linha de frente de todas as lutas, Tenente-Coronel Mário Ikeda, Comandante do Policiamento da Capital, prazer em tê-lo aqui, na nossa Casa; meu chefe, colega e amigo, o Delegado Cléber Ferreira, representante do Departamento de Polícia Metropolitana; também, meu querido colega e amigo Delegado Carlos Wendt, seja bem-vindo, jovem lutador, agora, aqui em Porto Alegre, ele me substituiu quando deixei a

cidade de Viamão; o Sr. Eduardo Ernesto Lucas Almada, representante da Associação dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul, seja bem-vindo; meu querido amigo, André Roncato, representante da Fecomércio; e o Sr. Paulo Kruse, Presidente do Sindilojas; Cel. Juarez Fraga, nosso Secretário Municipal da Segurança; Major Adriano, um amigo, querida Vanessa, da Escola Odila; Tenente-Coronel Vieira, que também tinha visto aqui, grande amigo, coopera muito com os trabalhos do Executivo e do Legislativo; e as lideranças comunitárias aqui presentes. Eu vim agradecer, principalmente, ao Presidente por este espaço, por este momento, para que nós possamos começar também a debater e discutir segurança pública na cidade de Porto Alegre. Eu sou um militante dessa área. Também gostaria de saudar os Vereadores aqui presentes, me esqueci, Ver.^a Sofia e os colegas aqui presentes. Sou daqueles que acham – e tenho certeza – que nós devemos ter um plano de Estado e não de governo. Nós temos visto saídas mirabolantes: entra e sai Governo e cada um tem uma ideia do que seja fazer segurança pública sem buscar a experiência dos *experts*, de quem está na rua, não é, Tenente Ikeda? Nós temos que buscar de quem está na rua, quem conhece fazer segurança pública. E o que estiver dando certo, que tenha continuidade, senhores. Não é porque o partido tem uma ideologia diferente e fez alguma coisa boa para a segurança pública, que não deva ser dada uma continuidade. Isso nós temos visto muito pouco. Eu trabalhei muito tempo no Interior e, quando vim para Porto Alegre, eu vim trabalhar na Delegacia da Restinga. Dr. Cleber, naquela época, quando eu vim trabalhar na Delegacia da Restinga, nós tínhamos a melhor delegacia da cidade de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul. Oito delegados, o Delegado Álvaro, que foi Chefe de Polícia, trabalhava lá comigo, o Delegado Andrei, que está no DECA, nós tínhamos vários delegados, aquela delegacia tinha uma estrutura muito boa, as pessoas vinham e se sentiam seguras, assim como agora, na Copa. “Ah, mas não interessa o número de policiais.” Mas a gente não se sentiu seguro na Copa, vendo policiais em todos os cantos da Cidade? Eu até posso estar falando demais, porque eu sou do tempo do Pedro e Paulo – apesar da minha idade, eu era guri, eu sou do tempo do Pedro e Paulo –, aqueles dois policiais que andavam na sua comunidade e que todo mundo conhecia. Quando passavam, o Pedro e o Paulo, as pessoas sabiam que ali estariam seguras e que ali o bandido não ficaria.

Nós temos visto ações dia a dia da Polícia Civil; se abrimos jornal, se ligarmos a televisão, nós temos visto ações e mais ações da Polícia Civil – Denarc, DEIC –

prendendo, e prendendo muito, assim como a Brigada Militar. Só que nós temos também que prever algumas questões, senhores, porque não adianta só prender. Nós temos esse prende e solta, temos pouco investimento em educação, pouco investimento em saúde, e tudo isso é fazer segurança. Não podemos deixar só na mão da segurança pública, dizer que a Brigada e a Polícia Civil são responsáveis, não senhores. Responsável é a gestão; numa gestão organizada e que respeita o cidadão, que investe em segurança, em educação, em saúde, aí sim nós vamos ter segurança pública; aí sim nós não precisaremos sair de casa com medo, a esta hora, no frio, para vir aqui reivindicar segurança pública. Nós temos que ter o respeito dos governantes, respeito desses alquimistas, muitas vezes, que inventam a fórmula mágica de fazer segurança pública sem ouvir quem realmente entende e quem realmente passa pelos problemas da segurança pública.

Então, é mais ou menos isso, senhores. É importante a integração das comunidades com as forças vivas da segurança pública. Há pouco tempo eu fui numa reunião da associação de Ipanema, foi o lançamento – estão aqui as amigas que militam nessa área – de um trabalho integrado com a Brigada Militar em questões de aproximar a segurança pública dos membros da sociedade, um trabalho muito bonito, respeitoso. Agora também tivemos, neste fim de semana, uma passeata; eu também fiz, ali na Tristeza, uma mateada da segurança pública, e a gente vê que as pessoas, Coronel, querem se integrar, porque a necessidade, Delegado Cleber, é muito grande. Nós temos visto menores – como o que foi preso ontem – de 14 anos, com uma pistola, e que não pensam duas vezes em atirar. Alguns grupos foram contra a uma Moção que nós fizemos aqui para os policiais do 11º Batalhão, e a intenção era dizer para aqueles policiais – principalmente de quem já esteve na linha de frente – que eles estavam certos. O Rio Grande do Sul, principalmente Porto Alegre, está se tornando um faroeste, por isso eles estavam certos. Eles estão do lado da lei e não podem ter medo do enfrentamento. Se eles tiverem medo do enfrentamento, aí, sim, senhores, que nós não vamos mais sair para as ruas! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Delegado Cleiton, que é nosso Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. O Sr. Ricardo Ortolan, do Conselho Comunitário de Justiça e Segurança do Bairro Petrópolis, está com a palavra.

O SR. RICARDO ORTOLAN: Muito obrigado, Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores; Sr. Vice-Prefeito da cidade de Porto Alegre, Srs. Vereadores, demais autoridades componentes da Mesa, colegas cidadãos, venho a esta tribuna fazer coro com as demais regiões de Porto Alegre. Estamos, realmente, em estado de sítio, estamos acuados, estamos com medo. O bairro Petrópolis, hoje, dos 81 bairros de Porto Alegre, ocupa a oitava posição como bairro mais populoso de nossa Cidade, com mais de 38 mil moradores. Todavia, alguns estudos nos colocam como o quarto bairro mais violento da Cidade, ocupando, ainda, a primeira posição em alguns crimes como furto e roubo de carros, por exemplo. Não estamos trazendo aqui para esta Casa nenhuma novidade. Em 2014, esta Casa promoveu um estudo muito detalhado sobre a criminalidade da nossa Cidade – estudo realizado em parceria com a Prefeitura e com o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Esse estudo apontou, com clareza, os pontos de maior incidência dos crimes mais comuns da nossa Cidade, sugerindo e propondo algumas ações corretivas e de prevenção que poderiam ter sido adotadas desde a sua publicação. Ocorre que as ações corretivas, em geral, demandam tempo para que tenham efeito e sejam percebidas pela sociedade e pelos delinquentes, tempo esse que os cidadãos não dispõem mais, pois estamos todos sendo diuturnamente atacados, assaltados e, muitas vezes, mortos por indivíduos que não veem mais no Estado um ente capaz de conter e punir seus desvios e crimes.

Estamos cada dia mais vivendo em prisão domiciliar. Os horários de entrada e saída de nossas casas precisam ser monitorados e controlados. O direito de ir e vir já não nos pertence mais. O que há até pouco tempo era uma restrição de circulação em algumas localidades hoje é geral na nossa Cidade. Estamos voltando à Idade Média, senhores, não só pela barbárie que presenciamos diariamente, mas pela ausência da segurança nas ruas, que nos força a viver novamente em feudos, modernos condomínios residenciais com cercamento eletrificado, muros altos, segurança privada exclusiva do condomínio, controles de acesso e várias outras características que nos remetem às cidades-estados da Idade Média, um mal necessário para que tenhamos uma breve e leve sensação de segurança, já que as ruas não proporcionam mais nenhuma condição de convívio, nem mesmo entre vizinhos ou moradores de um mesmo bairro.

Petrópolis está se organizando, a comunidade se reuniu e instituiu o Conselho Comunitário de Justiça e Segurança, com a finalidade de concentrar e encaminhar as

demandas de nosso Bairro junto aos diversos órgãos da Administração pública, estabelecendo uma comunicação direta entre esses e a comunidade, para que, juntos, procuremos e encontremos alternativas de solução para esses problemas.

Enfim, não sou um especialista em segurança, sou apenas um morador desta Cidade, residente em um dos mais populosos e violentos bairros desta Capital. Venho a esta tribuna clamar aos senhores que assumam suas responsabilidades e que trabalhem incessantemente na promoção de segurança dos cidadãos. É notório, senhores, que o que estamos fazendo até agora não está funcionando, não está gerando resultados positivos, não há mais espaço para vitimizações, precisamos pensar de forma diferente sob pena de agravarmos a nossa situação cada vez mais.

Com a escassez de recursos que temos, é preciso utilizar melhor e compartilhar os recursos disponíveis para que a população usufrua de toda potencialidade desses recursos. Mesmo sabendo que não há uma fórmula melhor para a prevenção de crimes do que o policiamento das ruas, algo que deve ser implementado com o maior brevidade possível, podemos tentar amenizar as condições atuais com soluções inteligentes. Porto Alegre possui uma quantidade significativa de câmeras de monitoramento, porém não trabalham em conjunto. Há câmeras da EPTC, da Guarda Municipal, da Brigada, mas que não se conversam. É preciso que esses recursos sejam unificados e colocados para trabalhar em conjunto com foco na prevenção e monitoramento, mas, para isso, são necessários convênios entre as diversas esferas e entidades do Estado, e aqui precisamos da ação dos Excelentíssimos Vereadores de Porto Alegre para que promovam esses convênios. Propomos aqui que se abra o espaço para que moradores e condomínios compartilhem as imagens de suas câmeras de monitoramento com os órgãos de segurança pública – Brigada, Guarda Municipal e Polícia Civil –, uma adesão voluntária de cada morador que permitiria multiplicar os pontos de monitoramento com investimentos baixos.

Senhores, não temos mais espaço e nem tempo a perder com disputas de nenhum nível, independente de orientação política, credo, raça, opção sexual, nível social. Sofremos todos da mesma forma, precisamos de ações firmes e imediatas. Uma boa imagem é a de que a nossa Cidade ou até mesmo o nosso Estado é um doente terminal cardíaco que é levado à UTI de um pronto socorro. Todos sabem que, provavelmente, a causa do seu infarto é um problema nas suas artérias, o que, se não for resolvido, ele terá um infarto

novamente. E aí? O que vamos fazer? Não reanimamos esse paciente? Deixamos que ele morra? Afinal, a solução de desentupir suas artérias vai demorar tempo, e é isso, efetivamente, que resolverá? Deixaremos ele agonizando e que morra?

Muito bem, senhores, precisamos implementar as soluções viáveis, disponíveis para estancar esse sangramento da nossa sociedade. Senhores Vereadores, demais presentes, contamos com o apoio dos senhores para encaminhamento e cobrança dessa solução. E que Deus os proteja. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Ricardo. O Sr. José Antonio Bruno Knob, do Conselho Municipal de Justiça e Segurança, está com a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO BRUNO KNOB: Boa noite a todos e a todas, lideranças comunitárias, representantes das entidades não governamentais que constroem o cotidiano da cidade de Porto Alegre. Quero saudar o Presidente da Mesa, o Ver. Cassio Trogildo, e, na pessoa dele, saudar os demais membros da Mesa.

Quero dizer, numa preliminar, que lamentamos o fato de esta Casa não reconhecer e não chamar para compor a Mesa o Conselho Municipal de Justiça e Segurança, que é uma instituição criada por lei em 2003 aqui na cidade de Porto Alegre, portanto é um Conselho aprovado por esta Casa. Esse Conselho tem algumas atribuições que, se tivessem sido levadas em conta ao longo desse período, se houvesse vontade política de gestores desta Cidade, possivelmente esta assembleia que estamos realizando hoje teria um outro caráter. Muito daquilo que hoje estamos reivindicando, pautando – estamos insistindo para que haja de parte dos governos a atenção específica –, talvez não precisasse ser do modo com que hoje está se constituindo. Há que se recuperar aqui algo importante: o Conselho Municipal de Justiça e Segurança de Porto Alegre é consequência de muitas lideranças, de muitos cidadãos e cidadãs desta Cidade, dos antigos conselhos comunitários e conselhos populares que tivemos aqui nesta Cidade, onde se pautou muito sobre a política pública que hoje ainda resiste em ser garantida aqui na cidade de Porto Alegre. Há segmentos, há vontade de não valorizar políticas em que a gente já avançou aqui nesta Cidade, e o tema da segurança é um deles. Em 2003, tivemos a ousadia de constituir esse Conselho, constituído por comunidades – as 17 regiões da cidade de Porto Alegre têm os seus fóruns constituídos –, também as entidades do

Governo Municipal e do Executivo Municipal têm assento no Conselho. Nós temos um protocolo de intenções com dever de Estado, submetendo os órgãos do Governo do Estado à participação nesse Conselho. É preciso registrar que não temos tido a atenção e a o valor devido por todos esses órgãos na construção da viabilidade desse Conselho, porque esse Conselho tem, na sua essência, entre outras questões, o controle social; e o controle social é feito pela sociedade civil e organizada e pelos moradores desta Cidade, que há muito vêm construído aqui.

Também me parece que há um pouco de medo de fazer essa cogestão com a comunidade organizada. Sabemos nós que, ao longo do tempo, o tema da violência e da segurança foi pensado, exclusivamente, pelas polícias e pela Justiça. Há que se ter, necessariamente, polícia e Justiça, mas, ao longo do tempo, não foi levado em conta um conjunto de outros atores desta Cidade e das cidades deste País afora. As igrejas, as associações de moradores, enfim, as diversas organizações que têm vida orgânica na Cidade não foram buscadas a pulsar, a incidir, a contribuir, a propor iniciativas e a discutir com as instituições, com os órgãos instituídos e constituídos nesta Cidade.

É importante trazer, neste momento, que as comunidades organizadas querem, sim. E aí eu quero fazer uma intervenção inicial: para além deste espaço aqui, e este momento é importante, nós precisamos discutir nas comunidades. Tem um conjunto de pessoas, de cidadãos que estão no cotidiano que também querem falar, também querem ser ouvidos, também querem propor para os representantes, que muitos aqui, com bastante firmeza e com coragem, vêm trazer as questões do cotidiano.

Bom, o que o Conselho traz no seu conceito inicial? Se isso fosse observado, nós teríamos outra compreensão, outro valor. O Conselho é o espaço de articulação dos órgãos do sistema – portanto, de polícias e de Justiça –, da sociedade civil e da comunidade. É um espaço para fazer o diagnóstico, as discussões permanentes da segurança local pela comunidade e por essas instituições; é um espaço de articulação comunitária, na formulação, no monitoramento e avaliação da política, estabelecendo assim o efetivo controle social. Há de se firmar aqui que, hoje, as vítimas principais da violência... E os programas têm que, cada vez mais, efetivamente, atender os jovens, em particular os jovens negros. Há de se firmar que todas as ações desenvolvidas pelas instituições e iniciativas comunitárias precisam ter, prioritariamente, esse foco (Ininteligível.) ações que sejam constituídas.

Eu quero aqui observar algumas proposições que a gente vem discutindo no Conselho. A proposição feita pela (Ininteligível.) lideranças comunitárias e por fóruns regionais... Foram feitas pelos fóruns, porque, bem, temos discussões estabelecidas no Conselho, e o Conselho não é alheio à proposição feita aqui. A gente quer fazer eco aqui às manifestações do Gilmar Drago e também as manifestações aqui das pessoas da comunidade que têm discutido arduamente a questão da saúde vinculada à violência, em particular no bairro da Vila Cruzeiro.

Também preciso registrar que está aqui a Lecir, que também não teve possibilidade de se inscrever, mas tem, em particular, uma construção bastante significativa da realidade daquelas comunidades que abrangem a Região Leste da Cidade; é a coordenadora substituta do Conselho Municipal.

Eu quero, rapidamente, para finalizar o diagnóstico que eu acho que está feito trazer duas proposições que acho que são importantes de considerarmos aqui nesta audiência pública. Primeiro, é importante fortalecer o sistema municipal de proteção social, portanto os espaços de coordenação, diagnóstico e o próprio Conselho, articulação dos órgãos, enfim, é ao que o Conselho se propõe. Ação estratégica das polícias para ampliar o recolhimento de armas: nós entendemos que tem muitas armas na cidade de Porto Alegre, nas nossas comunidades, e que a arma é um objeto importante na qualificação e nas relações que se estabelecem, podendo ampliar as dinâmicas de violência.

Porto Alegre tem o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, que também não tem o seu devido valor pelas instituições e não faz as discussões centrais que precisam ser feitas, as ações que precisam ser feitas aqui na cidade de Porto Alegre. Por exemplo, GGIM é para centralizar e organizar todas as agências de segurança que atuam na Cidade, mas pouco se tem conseguido, de forma sistemática, contínua, permanente, a presença dessas instituições, para fazer a discussão técnica das ações a serem desenvolvidas na Cidade. Portanto o Gabinete de Gestão Integrada Municipal é um espaço fundamental que precisa também ser valorizado pelas instituições, fundamentalmente as agências de segurança. Repito: para fazer a avaliação técnica das intervenções necessárias na Cidade. Obviamente, (Ininteligível.), que é o controle social.

Bem, alguma outra proposição... Uma ação integrada das polícias, articulando com as Secretarias de Educação, Cultura, Esporte, Assistência Social, Guarda Municipal, Conselho Tutelar, Ministério Público e outros, buscando a proteção às escolas e aos seus

entornos, para enfrentamento do alto índice de violência envolvendo esses espaços. Implementar intervenção integrada com ações de polícia e social em regiões da Cidade conflagradas pelo tráfico de drogas e com alta taxa de homicídios. Criar um pacto de Porto Alegre pela paz envolvendo lideranças comunitárias regionais, empresariais, políticas, sindicais, governamentais, movimentos sociais, estudiosos, religiosos, enfim, construir um plano de enfrentamento à violência. Criar equipamento sempre de juventude com foco territorial viabilizando...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sr. José, vou ter que pedir para o senhor passe para as conclusões; o senhor já está falando há mais de 10 minutos.

O SR. JOSÉ ANTONIO BRUNO KNOB: ...atividades de cultura, esporte e formação profissional. Também a utilização dos espaços públicos (Ininteligível.), mas destinando esses espaços para atendimento e atividades de esporte e lazer, sendo adotados pelas comunidades ou pelas instituições locais.

Por último, criar ações integradas de convivência social para a fiscalização dos estabelecimentos e problemas de convivência urbana, da perturbação do sossego, para mediação do conflito para atuação especial nas madrugadas de finais de semana na cidade de Porto Alegre.

É preciso observar que é importante garantir a edição anual do mapa da segurança pública e de direitos humanos de Porto Alegre, criado em 2014, não sei se está firmando, mas é um instrumento importante que qualifica, vê diagnósticos e integra as ações, portanto possibilita a todos os atores terem uma melhor compreensão das questões de violência da Cidade. Implementação de propostas defendidas nas conferências municipais de segurança de 2006 e 2010. Nós verificamos que pouco das propostas construídas nessas duas conferências da cidade de Porto Alegre têm sido consideradas pelos órgãos que teriam a responsabilidade. Fica essa proposta de verificar essas proposições das conferências. A implementação de projeto que visa à constituição do Fundo Municipal de Segurança e compensação para empreendimentos que causam impactos sobre a segurança em Porto Alegre, compensação financeira.

Por último, duas observações...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sr. José, vou ter que interrompê-lo, o senhor está fechando 15 minutos. Eu gostaria que o senhor encerrasse sua fala.

O SR. JOSÉ ANTONIO BRUNO KNOB: Quero fazer duas observações. Estou fazendo parte da Mesa e também da representação da Executiva Municipal. Nesse sentido, quero deixar observado que pudesse vir a esta Casa, em outro momento, se houver desdobramento desta audiência, o orçamento da Secretaria Municipal de Segurança Pública, os projetos que estão sendo desenvolvidos e quais os projetos que estão sendo captados para desenvolver ações de prevenção de segurança aqui na nossa Cidade. Agradeço a oportunidade. Essas foram as proposições. Ficamos na expectativa de que esta audiência se desdobre em outros momentos para que possamos dar acompanhamento às proposições aqui afirmadas.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu preciso esclarecer, senhoras e senhores, que o nosso Regimento precisa ser seguido aqui na Casa, até por uma questão de isonomia. O representante do Conselho Municipal de Justiça e Segurança falou por 15 minutos. Nós temos outros espaços nesta Casa como a Tribuna Popular, comparecimentos e períodos de Comunicações que podem ser utilizados também. Então não vou poder usar de isonomia para as próximas falas, senão ficaremos aqui por um período interminável.

Está com a palavra, por um período de cinco minutos, a Sra. Rosa Helena Cavalheiro Mendes, do Conselho Distrital de Saúde do Partenon.

A SRA. ROSA HELENA CAVALHEIRO MENDES: Ao cumprimentar a Mesa, cumprimento o Ver. Cassio Trogildo e toda a plenária presente. Quero iniciar minha fala dizendo que moro na comunidade há 50 anos e trabalho há 30 anos na área social, militando pela área social na comunidade Partenon, São José. Nesses dois últimos anos, eu nunca vi tamanha violência que se instalou dentro do Partenon! Como se não bastasse, também na Cruzeiro, na Bom Jesus e assim por diante. Hoje, ao contrário dos presídios, nós temos que estar escondidos dentro de casa. Nós, família, trabalhadores, honestos, corretos, que vivemos nossa vida de forma íntegra, fazendo tudo que é certo, seguindo a lei, é que temos que viver atrás das grades. Não estou vendo ações

conclusivas para combater. Nesses dois últimos anos, é aterrador ver a quantidade de arrastões feitos nas comunidades e, principalmente, dentro das nossas USFs. O Postão da Cruzeiro, que já passou por esse problema de tiroteios, entradas bruscas dos bandidos lá dentro querendo atendimento, atirando ou coisas assim. A Bom Jesus, da mesma forma; na Maria da Conceição também, não adentrou, mas foi na porta, vimos o terror dos nossos profissionais vivendo tiroteio, bandagem, um digladiando contra os outros. No meio, nossos profissionais. E, como não bastasse, temos agora também a Ceres, que teve arrastões, entraram na UBS da Ceres, teve arrastões dentro da própria USF, assaltos às médicas, aos próprios usuários. Na Vila Vargas também aconteceu, segunda-feira, um evento; mesmo que diferenciado, é uma violência, não deixa de ser. Portanto, eu, enquanto Conselho Distrital de Saúde e representando os Conselhos USFs, acho que de toda a Porto Alegre, peço encarecidamente a esta Mesa, aos órgãos competentes da segurança, ao comando do Brigada Militar que se façam presentes dentro da nossa comunidade para debater, porque esta audiência pública não pode ficar só nesse âmbito. Como vocês estão vendo, é uma plenária quase esvaziada, porque são muito poucas as pessoas para debater isso. É de tamanha importância nós estarmos discutindo dentro da nossa comunidade, ouvindo a nossa liderança lá na comunidade, ouvindo as pessoas que passam por esses problemas, porque, quando é aqui na Câmara, nós não temos condições de trazer essa população para cá, não há condições. Mas nós pedimos que esta mesma audiência que está tendo hoje, e vai ter outras, com certeza, que elas possam ser dentro de um Conselho Municipal de Saúde, que elas possam ser dentro do Conselho Distrital de Saúde também, ou até mesmo, se possível, no local. Nós temos que buscar juntos uma solução para acabar com isso, antes que fique a mesma zona de guerra como está o Rio de Janeiro e São Paulo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sra. Rosa Helena. O Sr. Norton Luiz Lenhart, da Associação Comercial de Porto Alegre – ACPA, está com a palavra.

O SR. NORTON LUIZ LENHART: Sr. Presidente da Câmara, senhores componentes da Mesa, senhoras e senhores; eu vim para cá disposto a transmitir para vocês a angústia que os empresários que a nossa entidade representa, que são os empresários do comércio e de serviços da nossa Cidade, estão sentindo. Confesso, depois de ouvir as

falas dos senhores, que eu saio muito mais preocupado do que eu entrei. É lamentável que uma cidade como a nossa chegue ao ponto que chegou.

Nós trabalhamos muito na área de turismo, nós entendemos que Porto Alegre pode ser um dos principais destinos de turismo de congressos e eventos, atividade essa que gera milhares e milhares de empregos, traz conhecimento, traz dinheiro novo para a Cidade. Mas como nós vamos trazer congressos e eventos para uma Cidade em que nós, moradores, não podemos sair na rua? De que forma vamos fazer isso? De que forma vamos fazer com que o próprio morador, a partir das dez horas da noite, se dê o toque de recolher ele próprio? Não sai mais para a rua! Os nossos estabelecimentos estão fechando as suas portas. Os negócios estão fechando por causa da violência. Eu pergunto: onde é que está o Estado?

O Vereador-proponente desta sessão hoje aqui, o Ver. Nagelstein, que, preocupado com a violência, propôs este evento, perguntou onde é que estava a população de Porto Alegre preocupada com isso. Eu pergunto: onde é que estão os legisladores, os Vereadores desta Casa aqui e agora?! Quantos tem aqui? Temos um, temos dois. Cadê o resto dos Vereadores? Ah, três. Não estão preocupados com a violência também? Ah, temos quatro. Não estão preocupados com a violência também? Eles não deveriam estar aqui vendo as comunidades falar sobre o que está acontecendo lá? Deveriam sim. Deveriam sim!

Senhores, eu sou da época da guerra do Vietnã. E aí diziam: “Na guerra do Vietnã, morreram 57 mil pessoas, um horror!” Isso morre por ano no Brasil! Nós não vivemos uma calamidade pública, nós vivemos uma guerra no Brasil. Isso é guerra, gente! Duvido que, nesses países que têm conflitos, morra o número de pessoas que morrem por ano assassinados no nosso País!

Então, senhores, ou se faz alguma coisa emergencial agora, ou eu não sei qual vai ser o caminho do nosso País e da nossa Cidade. Nós sabemos o que precisa ser feito. Evidentemente que este problema que ocorre hoje, a principal causa, no meu modo de ver, é a educação. A educação no Brasil, na nossa Cidade, no nosso Estado, está falida! Evidentemente, as consequências vão para o crime. Do que é que nós precisamos quando estamos neste estado que estamos agora? Policiais na rua! Eu pergunto ao nosso Comandante se o número de policiais que temos hoje não é muito menor do que tinha há 20, ou há 15 anos, não é verdade? Isso tem cabimento? Isso tem lógica?

Evidente que não! Nós deveríamos ter muito mais policiais, até porque aumentou a violência e aumentou o número de pessoas que moram na Cidade. Nós temos menos! Então, o que esses homens fazem é heroísmo! Nós precisamos é de mais policiais. Nós precisamos de legislação mais rigorosa. A pessoa não pode matar duas, três pessoas e ficar dois ou três anos presa! Ela tem que morrer presa dentro da cadeia! Uma pessoa que mata dez pessoas é condenada por 200 anos, mas só fica 30 na cadeia! Se ela estuda, se tem bom comportamento, sai com cinco ou seis. Nós precisamos de legislação que o camarada que vai cometer esses atos saiba que, se ele for pego, ele vai apodrecer na cadeia. Mas nós também precisamos de cadeia, aí o Poder Público não tem dinheiro para fazer cadeias. Mas, então, por que não usa as PPPs?

Bem, senhores, eu gostaria de finalizar dizendo que o nosso setor está pedindo socorro, como toda a Cidade. E quero dizer que, se o Governo não tem competência para nos dar o direito fundamental de andar nas ruas da nossa Cidade, que peça para sair, que vá para casa! (Palmas.) Para isso existem os governos, é para isso que nós pagamos nossos tributos, para que nos deem o mínimo necessário: segurança, educação e saúde. Eu pergunto para vocês: como estão esses três itens básicos? Um horror. As pessoas morrendo nos corredores dos hospitais, a educação é o que vocês veem, a violência chegou a tal ponto que tem escola, em Porto Alegre, que tem que fechar. Não dá para os alunos ficarem tal o tiroteio que tem próximo das escolas. Vocês vejam a loucura a que nós chegamos! O que é que o Estado faz? O que é que o Secretário de Segurança disse? “Só vamos contratar mais policiais o dia em que tiver dinheiro em caixa.” Não vai ter dinheiro em caixa, senhores! Nós não temos mais impostos para pagar, até porque as empresas estão fechando, não vão arrecadar mais! Então, não vamos mais ter policial, pronto! Agora, não pensam em vender Banrisul, não pensam em vender essas empresas todas que não têm nada que serem do Estado, para fazer o básico que eles têm que fazer. Não, não pensam!

Senhores, esse é um desabafo que estou fazendo, porque estamos sentindo na carne. Todos os dias, tem empresários sendo mortos, sendo agredidos; os nossos funcionários que trabalham à noite vão para as paradas de ônibus e são assaltados, agredidos, mortos, para roubarem meia dúzia de centavos. E os usuários dos nossos estabelecimentos da mesma forma.

Eu quero parabenizar a Câmara por estar fazendo esta sessão, eu acho que é importante que a gente possa trazer o que está acontecendo na comunidade para os nossos representantes que, infelizmente, não estão aqui hoje. Mas, de qualquer forma, vai ficar nos anais. Eu agradeço, Presidente, este espaço disponibilizado para a sociedade poder trazer aqui os seus anseios. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Muito obrigado, Sr. Norton. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa noite a todos e todas, saúdo a Mesa e os participantes desta audiência pública; não faz muito tempo, eu diria que uns quatro ou cinco anos... Quero fazer a recomendação de leitura de uma autora chamada Jane Jacobs, conhecida no campo da arquitetura e urbanismo. Ela, há 60 anos, publicou um livro chamado Morte e Vida de Grandes Cidades. Se alguém é da arquitetura, provavelmente deve conhecê-la. Eu, até ter lido esse livro da Jane Jacobs, entendia a segurança apartada da questão da cidade, da estrutura da cidade, da forma como ela se organiza. Tinha uma certa caminhada, trabalhei em ONGs ligadas à segurança pública, trabalhei no Programa Nacional de Segurança Pública – Pronasci –, em 2009; fui corregedor-geral da Susepe, trabalhei no sistema penitenciário, mas, a partir do momento em que esse livro, me abriu a cabeça, comecei a entender e eu acho que é disso que se trata a segurança pública, de algo muito maior do que uma questão meramente policial ou de repressão. O que eu quero dizer com isso? Pensar numa cidade de forma “rodoviarizada”, e quero lembrar que as grandes obras da Copa, todas elas “rodoviarizam” ainda mais a nossa Cidade, é gerar insegurança. Jane Jacobs falou isso há 60 anos, quando, também nos Estados Unidos, se achava que grandes avenidas, velocidade, viadutos conseguiam fazer com que as pessoas chegassem mais rápido a um determinado destino. Esse chegar mais rápido significa tornar a cidade um lugar de passagem, e não de convivência. Nesse sentido, há inúmeros estudos que mostram isso. Há um estudo, por exemplo, que mostra que, quanto mais larga a calçada, mais os vizinhos se conhecem; quanto mais estreita a calçada e mais larga a rua, menos os vizinhos se conhecem. Por quê? Porque as pessoas se encontram menos, tratam menos dos problemas da sua rua, da sua comunidade, e isso vai tornando aquela rua, aquele

lugar um lugar mais inseguro. Então, vejam: nós temos, em Porto Alegre, uma Secretaria de Urbanismo, e os técnicos dessa Secretaria com quem converso estão totalmente rendidos à lógica da EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação, ou seja, a prioridade na nossa Cidade é o deslocamento o mais rápido possível com o transporte individual, o automóvel. A forma como uma praça é estruturada – Jane Jacobs fala isso – reflete a forma como as pessoas vão utilizá-la. Querem um exemplo? Aquela praça em frente ao Tribunal de Justiça na Borges de Medeiros: ficou fantástica! Não sei se todos têm presente do que eu estou falando. Ficou fantástica, a praça em si é fantástica, com brinquedos, com piso tátil para os cegos. No entanto, você não a vê sendo ocupada, porque ela está no meio de uma rodovia chamada Borges de Medeiros. O binário da Borges “rodoviarizou” ainda mais aquele espaço. Falem com os moradores da Av. Praia de Belas. Antes, ela já era uma avenida de alta velocidade, mas tinha, digamos, um certo controle – eu frequento muito ali a área do Grêmio Náutico Gaúcho. Agora que ela virou um binário, ou seja, a Borges só vai, e a Praia de Belas só vem, tu não vês mais pessoas, porque os carros, que antes passavam por um pouco de congestionamento e andavam a 40, 50 km/h, agora passam a 60, 70 km/h. Ninguém se sente seguro no acostamento da *freeway*, porque tu não tens ali nem o contato visual – um ciclista, um pedestre – com quem está passando a 110 km/h. São temas que parecem estar distantes da segurança, mas têm tudo a ver. A partir do quarto andar de um edifício, há a perda do contato visual com quem está na rua. Então, um grande edifício não é um problema só por gerar sombra, que os moradores de bairro são xenófobos, como dizem aqui, são os “ecochatos”, tem uma questão de segurança. Nesta Casa, se aprovou, há dois anos, o aumento do muro – se eu não me engano, são 60 centímetros; a partir de 60 centímetros, tem que ser grade, não pode tirar o contato visual. Não quero falar dos Vereadores que não estão aqui, mas o Ver. Nedel apresentou uma proposta, foi aprovada, elevando a altura do muro nas áreas industriais. Um muro fechado, cego é um lugar de extrema insegurança, não tem a quem recorrer. O Ver. Valter apresentou uma proposta para aumentar a altura do muro também para os prédios residenciais. Que bom que foi derrotada a proposta do Ver. Valter, senão seria uma cidade ainda mais murada e mais insegura.

Eu faço aqui a minha fala como um convite para pensarmos de forma mais transversal e não ficarmos presos, no tema da segurança, a um tema meramente repressivo. Claro que

as forças de repressão precisam existir, a inteligência policial, toda a questão que envolve estrutura, pessoal, etc., isso é óbvio. Mas temos que pensar de uma forma mais global a Cidade, para torná-la um lugar de mais convivência, de encontro, e menos de desencontros e criminalidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Major-Brigadeiro Raul José Ferreira Dias, representando o Democratas, está com a palavra.

O SR. RAUL JOSÉ FERREIRA DIAS: Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Cassio Trogildo, na pessoa de quem saúdo os digníssimos membros desta Mesa; Srs. Vereadores aqui presentes, senhores representantes comunitários; é com muita satisfação que retorno a esta Casa não mais como Comandante Militar de Área, como comandei o 5º Comando Aéreo Regional, mas agora como um contribuinte, que, há alguns anos, decidiu adotar Porto Alegre como a sua cidade. Pela minha fala, pelo meu chamado, já viram que certamente sou carioca, mas adotei Porto Alegre, porque, na época que fui para a reserva remunerada, cheguei à conclusão de que a minha cidade já não era mais habitável, e vim para Porto Alegre. Aqui tenho os meus amigos, aqui constituí família, optei por vir para cá. Hoje tenho preocupação, Sr. Presidente, porque estou vendo Porto Alegre caminhar para o que aconteceu no Rio de Janeiro há alguns anos, há poucos anos. Trago hoje a palavra do Democratas, porque entendemos que a segurança começa no Município. Nós não vivemos na Senasp, em Brasília não; nós vivemos em Porto Alegre! A Coronel Nádia, o Coronel Iqueda, o Delegado Cleber, que estão na linha de frente, os líderes comunitários sentem na pele o problema da segurança. Entendemos que é um trabalho conjunto, tem que ser um trabalho de equipe, não pode ser de responsabilidade do Governo Federal, do Governo Estadual ou do Governo Municipal, até porque os três não têm mais dinheiro. Não sei onde foi parar, mas não têm! A nossa posição é ombrear com as comunidades, com as instituições responsáveis pela segurança, e tenham, senhores, a certeza de que o Democratas estará junto neste combate, no bom combate. Senhor Secretário Municipal de Segurança, Coronel Fraga, o Democratas estará junto; Delegado Cleiton, meu parceiro e meu vizinho na Zona Sul. Alguns oradores anteriores, Presidente, falaram de critérios. Os critérios serão identificados pelo trabalho de inteligência, que é o trabalho feito anteriormente, porque,

depois que aconteceu o ilícito, o crime, é um trabalho de investigação comum, com todas as limitações que aqui foram colocadas. A Fecomércio, o Sindilojas e todas as outras representações precisam disso para gerar riqueza, para gerar emprego. E estão fechando às 10h. Eu vejo na Zona Sul, onde eu moro, os postos de gasolina fechando às 10h, porque não há mais condições de ficarem abertos após as 10h. É verdade! É verdade também que estamos nos encastelando nos nossos presídios familiares, porque não temos mais a liberdade de ir e vir. As minorias estão sendo prejudicadas, e a maior minoria está sendo prejudicada, e a menor minoria é o indivíduo! É ele que não está tendo o direito de ir e vir! Por isso, trazemos a posição muito clara dos Democratas: existe um trabalho a ser feito em conjunto, há que se ter o respeito à autoridade. A autoridade policial tem que ser respeitada, é o poder coercitivo legal e legítimo da sociedade. Para isso, nós, contribuintes, pagamos. Por outro lado, nós, contribuintes, temos que respeitar o trabalho policial, seja ele ostensivo ou investigativo. Em suma, Presidente, para não nos estendermos mais, parabenizamos a iniciativa, deixamos a nossa posição de sermos parceiros nessa jornada. Mas, ao finalizar, gostaria de ressaltar os pontos primordiais para nós. Primeiro, é um trabalho conjunto de toda a área metropolitana, vagabundo não conhece limite de município! A valorização dos nossos efetivos. O nosso policial, seja ele civil ou militar, tem que ser valorizado e respeitado. A integração total dos esforços, de todos os esforços, para que justamente a maior de todas as minorias, o indivíduo, o porto-alegrense possa ter novamente o seu direito de ir e vir restabelecido. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Alberto Terres, do Conselho Regional do Serviço Social do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

O SR. ALBERTO TERRES: Primeiramente, quero cumprimentar os proponentes desta audiência pública, pois, a partir deles, é que estamos aqui discutindo a insegurança pública. Eu acredito que esse debate está acontecendo pelo fato das comunidades e das entidades se fazerem presentes aqui, pois, infelizmente, os governos constituídos estão cada vez mais distantes das comunidades. E faço essa fala, Sr. Presidente, já fazendo coro como representante aqui do Conselho Municipal de Justiça e Segurança, do qual tive o prazer de fazer parte da coordenação do primeiro Conselho Municipal, em 2013, por

constatar que não está representado nesta Mesa, bem como não tem nenhuma representação da comunidade aqui. Se nós estamos falando e discutindo sobre segurança pública ou insegurança pública, tem que ter a participação da comunidade. A comunidade é a principal responsável por pressionar os governos constituídos para que estes discutam a segurança como um direito humano. E é disso que nós estamos falando: segurança como um direito humano. E se segurança é um direito humano, é responsabilidade dos Governos Federal, Estadual e Municipal a garantia desses direitos. Infelizmente, os governos, os legisladores estão distantes das comunidades, é só olhar para esta Mesa. Vários foram os pedidos para que se fizessem audiências públicas lá dentro da comunidade. E eu estava lá no Conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal, uma das regiões mais violentas desta Cidade, quando isso foi solicitado e veio para esta Casa para que se fizesse a discussão dentro da comunidade, porque é lá que nós estamos fazendo o debate. No entanto, nós estamos aqui, Ver. Delegado Cleiton. Talvez seja em função desse afastamento dos políticos, do Governo, do Legislativo, das comunidades, que não se ache solução. Nós precisamos estar lá, junto, discutindo com a comunidade qual o modelo de segurança que nós queremos. E o modelo que está sendo proposto hoje, aqui, que tem sido discutido, acho que não é o melhor. Porque, se fosse o melhor modelo, as cadeias não estariam lotadas, não haveria tanto tiroteio, que saiu da comunidade e veio para o asfalto, como se diz, hoje, no Centro da Cidade, no ônibus, ao meio-dia, às 16h, enfim, qualquer horário, se tivesse sido discutido com a comunidade, lá dentro. Esse modelo está falido. Esse modelo de trabalhar apenas com a questão da reação está falido! Solicitar mais policiais militares como a única solução é um modelo falido, porque se funcionasse, com certeza, nós não estaríamos aqui, talvez, estivéssemos caminhando no bairro Cidade Baixa ou em outros lugares curtindo a noite. Nós estamos aqui por quê? Porque o modelo, mais uma vez, está falido.

Eu quero fazer a discussão aqui com os representantes da Mesa sobre a questão da prevenção. Como é que se faz a prevenção? Quem está morrendo? Com que idade, hoje, as pessoas estão morrendo no crime? É com 14, 15, 16, 23 anos, no máximo, são crianças e adolescentes que estão morrendo. Mas por que eles estão morrendo? São negros e negras pobres da periferia que estão morrendo pela falta de investimento em política pública que dê conta da cultura, do lazer, do esporte e das outras políticas que evitem que as crianças passem a trabalhar no tráfico. Não nos adianta lutar, única e

exclusivamente, para aumentar o número de policiais militares, de policiais civis, ou das cadeias, nós temos que ver quem está morrendo e ir lá para dentro da comunidade chamar as escolas, os oficineiros, as assistentes sociais, os psicólogos, as crianças, a comunidade para discutir alternativas de prevenção. Não é levando, única e exclusivamente, a polícia para dentro da comunidade, não é dessa forma. Dessa forma, está falida, totalmente falida.

Então, o que eu quero propor aqui? Acho que está faltando, Sr. Presidente, nesta Mesa, chamar a FASC, a Secretaria de Esportes, a Prefeitura e propor projetos, Vereadores que aqui estão, para que a gente consiga estar dentro da comunidade discutindo e trazendo as crianças, fechando ruas e colocando como espaço público, espaço de lazer. A partir do momento que o Estado se afasta das comunidades, quem ocupa o espaço são os traficantes. É por isso que eles estão ocupando todos os espaços, porque nós estamos aqui em vez de estarmos dentro da comunidade discutindo. E nós temos que ir para lá, chamar lideranças comunitárias, chamar Secretarias, responsabilizar a Prefeitura Municipal por esse tipo de política, que é política pública, mas política pública para crianças, adolescentes e comunidade. Não é só pegar e encher a viatura de policiais e largar lá dentro da comunidade. Está falido esse modelo. Se nós queremos discutir política de segurança pública, como um direito humano, nós temos que ir para dentro da comunidade discutir com ela e trazer para discussão com a Mesa a comunidade, e não, simplesmente, ficar, de um lado, aqueles que são entendidos e, do outro, a comunidade para reclamar. Não, a comunidade é parte, mas é parte também para fazer a cobrança do Estado brasileiro, para fazer com que os legislativos também fiscalizem os governos, para saber se eles estão aplicando as políticas públicas conforme discussão com as comunidades. Não é só, a partir do mês do setembro, ir às comunidades pedir votos para se elegerem, e é o que tem acontecido. Pedem voto e, se eleitos, depois chamam a comunidade para cá, em vez de voltar lá e discutir o que ela precisa. Modelo falido. Nós precisamos é de prevenção. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Milton Gerson, Vice-Presidente da Associação Amigos do Bairro Bom Fim, está com a palavra.

O SR. MILTON GERSON: Em primeiro lugar, boa noite aos companheiros presentes a esta audiência pública; à Mesa dos trabalhos, na pessoa do Presidente Cassio Trogildo, assim saudando os demais integrantes. Vim colocar um pouco na linha da fala do companheiro anterior, na questão da estratégia que está sendo adotada em termos de segurança pública. Caso se esteja errando na estratégia da prevenção, eu acredito, pela experiência que temos no bairro Bom Fim, que também se está errando na estratégia da ação do policiamento. Nós sofremos um revés há pouco tempo, quando perdemos o nosso posto policial, a nossa referência, pois, há 29 anos, era um espaço onde as pessoas conseguiam encontrar um policial. Ou seja, nós sabíamos que lá um policial estava. Sabemos da crise financeira, dos problemas que o Estado enfrenta, a Brigada, que é guerreira – e saúdo aqui, na pessoa do Coronel Ikeda, a Brigada Militar –, assim como a Polícia Civil, com as estruturas existentes, tem trabalhado com muito sacrifício pessoal. Nós sabemos que há um sacrifício pessoal dos policiais, reconhecemos isso, mas entendemos também que há um afastamento da comunidade em relação às decisões que são tomadas. Neste caso específico do posto policial do bairro Bom Fim, a exemplo de outros postos policiais que estão sendo fechados na Cidade, nós entendemos que o primeiro erro foi a falta de diálogo, porque nós recebemos a comunicação do fechamento do posto, vejam bem, senhoras e senhores, no dia 1º de abril. Nós achamos que era uma piada, que era uma brincadeira, porque há 29 anos nós tínhamos aquela referência, que, para nós, era muito cara, histórica até para o nosso movimento comunitário. Eu milito há 26 anos no movimento comunitário da região, então, praticamente toda a história desse posto eu acompanhei: as reformas que foram feitas, o posto foi construído pela comunidade e entregue à Brigada Militar, numa parceria com a Prefeitura. E a alegação do fechamento é de que os policiais ficavam presos àquele espaço físico, na verdade, cinco policiais, em função dos turnos, e que uma unidade móvel que foi colocada hoje em frente ao Araújo Vianna teria maior mobilidade. Ela tem, realmente, maior mobilidade, mas o mesmo policial que ficava preso no posto fica preso junto a esse veículo, que é um micro-ônibus. E não temos nenhuma garantia de que o micro-ônibus permanecerá lá conosco. Quer dizer, o micro-ônibus pode sair para outras regiões, que a gente sabe que também precisam, também necessitam. Nós entendemos que há essa demanda em toda a Cidade, mas nós já tínhamos ali uma estrutura. Por que fechar essa estrutura que já existe? Por que não tirar os policiais que estão trabalhando

em cargos administrativos, que estão guarnecendo ex-autoridades, ex-governadores e os colocar na rua, em serviço, em vez de tirar aquele que está lá na ponta, no posto policial, atendendo a comunidade, fazendo a sua função maior? Por que não começar essa operação de otimização do efetivo por esse caminho? Esta é uma das questões que levantamos: por que tirar o policial que está lá na rua? O policial não está na rua, está dentro do posto, mas ali ele é referência para todos os comerciantes e moradores daquela região. Ali nós temos os bairros Rio Branco, Bom Fim, Cidade Baixa, Vizinhança na Calçada e Associação dos Amigos da Cidade Baixa, nós temos o pessoal da Venâncio Aires, que são do bairro Santana, todos pleiteando a reabertura desse posto. Então, não é um interesse próprio do bairro.

Nós finais de semana, na Redenção, temos 200 mil pessoas circulando. Ali no Hospital de Clínicas, por dia, temos hoje 15 mil pessoas circulando e, após a sua reforma, vai dobrar esse número de pessoas: por dia, serão 30 mil pessoas circulando apenas dentro do Hospital de Clínicas. Nós temos o HPS, as universidades. Olha o movimento de pessoas que tem nesta região! É importante essa referência porque sabemos que o efetivo é pouco. Então, lá sabemos que vamos encontrar um policial.

Eu trago aqui a minha preocupação porque acho que é uma falta de estratégia realmente, há um distanciamento da comunidade. Nós tínhamos uma linha de diálogo que vinha evoluindo, tivemos um crescimento no ano passado, com um diálogo positivo que infelizmente retrocedeu quase a zero a partida do final do ano para cá. Então a gente... Não é uma questão política-partidária – não vou entrar nesta questão! Acho que é uma questão de estratégia que infelizmente está equivocada. Venho aqui não fazer uma crítica negativa, mas, sim, construtiva. Acho que precisamos somar. A comunidade está ao lado de vocês, a comunidade quer estar ao lado da Brigada, da Polícia Civil e das instituições, a comunidade não se furta disso. É como eu disse aqui: há 26 anos faço isso diariamente, expondo-me, como já o fiz muitas vezes, não tenho medo e nem vou parar de fazer isso, mas é importante que as autoridades tenham essa noção, essa dimensão, e precisam nos ouvir, precisam ouvir o que as comunidades estão trazendo, entendendo que cada caso é um caso. Não dá para chegar numa linha direta e dizer: “Bom, vou acabar com todos os postos policiais”. Há postos policiais que são estratégicos, que a sua geofísica, sua região física permite dizer que é diferenciado. Aquele espaço ali que está fechado hoje, se perdermos, nunca mais teremos algo igual; aquele espaço, estrategicamente, na sua

geografia, é único, ele está ali, naquela confluência entre Av. Osvaldo Aranha, a Av. José Bonifácio e a Rua Fernandes Vieira. Já tentaram desmanchá-lo; os ambientalistas já tentaram derrubar; o Patrimônio Histórico já tentou retomar para o Parque, mas o Parque é tombado. Aliás, esse é um detalhe, Presidente, extremamente importante, porque o Parque está tombado, e o posto policial está em funcionamento desde o tombamento do mesmo; portanto o posto policial da Brigada Militar foi tombado junto com o Parque Farroupilha – esse é um dado que também tem que ser considerado, mas não pensaram nisso.

Então, faço aqui um apelo à Brigada, ao Governo do Estado, às instituições, à Câmara Municipal, enfim, a todos os presentes, para que escutem mais a comunidade, estejam um pouco mais próximos de nós, porque acho que temos muito a contribuir: somos os olhos, os ouvidos e o efetivo que falta, seja pelo WhatsApp, pelo telefone, por um contato direto no posto policial, podendo nos somar e nos transformar em mais policiais a ter nas ruas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Milton Gerson. O Sr. João Fontoura, da Central de Movimentos Populares, está com a palavra.

O SR. JOÃO FONTOURA: Boa noite a todos e a todas. O que me traz aqui é que quero colocar algumas coisas que já foram ditas, mas que acho importante repetir. Em primeiro lugar é a questão da mortalidade infantil e da nossa juventude, a partir da violência urbana. Acho que os índices de violência hoje, não somente na nossa Cidade, mas no País como um todo, são muito altos. E tem uma especificidade, nesse processo, que atinge uma juventude negra e pobre das periferias da Cidade. Isso aqui em Porto Alegre vem sendo reforçado a cada dia que passa. Parece, pelo que acontece e pela banalização da violência, que esta população é substituível, que ela pode ser substituída, pois são jovens. Parece que é descartável! E isso vem se reproduzindo ano a ano, período a período, nas nossas cidades. Qual é a política pública que tem para essa juventude? A gente tem acompanhado, em Porto Alegre... Faço parte do Conselho Municipal de Justiça e Segurança, represento a entidade e participo do Fórum Regional de Justiça e Segurança da Região Humaitá/Navegantes. Qual é a política pública que tem para essa juventude? Qual é a opção que a juventude tem? Então, todo esse processo

que vem aumentando do extermínio dessa juventude é a partir de um descaso e de políticas públicas que torna essa população descartável. Para mim, é isso que enxergo. A outra questão que queria chamar atenção, que também me preocupa, é com relação à banalização da violência! Se formos olhar os programas dos meios de comunicação, há programas inteiros que tratam só desse assunto: a violência urbana. E parece que é uma... Parece, não; é uma promoção, parece que está tudo realmente descontrolado, parece que tu não podes andar na rua, parece que tens que ter um guarda em cada esquina, quando, na realidade, isso é uma promoção da violência que se está fazendo. Ora, o cara que está voltado para o crime, vendo isso, constata que não vai dar nada mesmo, se é isso que eles estão pensando, efetivando mais ainda as suas ações. Só na nossa região, Humaitá/Navegantes, 50% dos homicídios, registrados pelo 11º Batalhão, foi no entorno da Arena do Grêmio, representando em torno de 60 homicídios. Isso é o que nos foi apresentado lá, inclusive já passei isso para o comandante da Capital, mas isso não aparece. Parece que, como são jovens, são dos bairros pobres, é o soldadinho, é o aviãozinho, parece que isso pode ser descartável. Além de um outro processo, que também está nos preocupando, que é a questão da especulação imobiliária. A partir dos bairros, das localidades onde a especulação é maior, onde tem investimentos, este assunto é mais escondido, não aparece tanto; ele é um índice, mas não é muito noticiado. Se a gente for olhar, parece que os problemas são somente na Vila Cruzeiro, ali no Partenon, no Santa Teresa e na Restinga. Se for olhar bem os índices de violência postados, o de Petrópolis aqui já falou, no início, sobre os índices de violência em Petrópolis.

Então, o que é que está acontecendo mesmo? Se a polícia faz a parte dela, a Brigada Militar, a Polícia Civil faz a parte dela, o gestor faz a parte dele, a comunidade faz a sua parte, as Câmaras, as representações políticas fazem as suas parte, então, o que está faltando se os guris continuam morrendo? Devem estar morrendo agora, inclusive.

Nós, no Conselho – o Bruno falou nisso, aqui –, representamos um sistema de proteção social aqui na Cidade. Enquanto não efetivarmos esse sistema, onde todos os representantes da segurança, todos os representantes das políticas públicas, representação comunitária estiverem presentes, isso não se efetivará, isso não se garantirá. Precisa ter compromisso de gestão. Essa história de que todo o mundo faz a sua parte e fica no seu nicho não dá mais. Se não houver um sistema onde a gente possa

construir coletivamente para poder fechar este círculo e pensar políticas realmente de prevenção à violência como disse o Terres, não vamos conseguir.

Uma outra questão – para finalizar – para a qual eu queria chamar a atenção é com relação ao efetivo. Parece que faltam policiais nas ruas, mas se a gente somar – eu não fiz esta conta, eu só imagino – os brigadianos que a gente tem hoje, no caso da Polícia Militar, da Polícia Civil, das Guardas Municipais e dos agentes da segurança privada, olha, deve dar um agente de segurança para cada 50 pessoas no Estado, talvez um pouco mais, se não der menos. Então, onde é que está o problema aí? É um problema de gestão, não há um compromisso da sociedade, da gestão, com esta prevenção à violência, porque parece que esses jovens, que esses bairros são descartáveis mesmo. Eles podem morrer. Nós vamos apertar o cerco quando outros começarem a morrer. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. João. A Sra. Ana Lúcia Touguinha Weidle, da Cidade Baixa, está com a palavra.

A SRA. ANA LÚCIA TOUGUINHA WEIDLE: Boa noite a todos. Eu estou aqui representando a Cidade Baixa, que está muito unida. Nós temos a Associação dos Amigos da Cidade Baixa, a Vizinhança na Calçada. Eu quis subir aqui acompanhada das minhas vizinhas. A Cidade Baixa criou todo um sistema de aproximação comunitária com a Brigada Militar. Nós reformamos o posto da Fernando Machado. Nós reformamos os veículos, as viaturas, isso em parceria com moradores e também com a Associação de Comerciantes. Agora, fomos surpreendidos com a notícia de que vão fechar o posto e que para lá vai a Defesa Civil. Depois que a Cidade Baixa reformou todo o posto, vão tirar o posto da Fernando Machado e vão colocar uma dependência da Defesa Civil, que sempre ficou no Palácio ou em algum lugar. Deve estar pequeno, devem estar querendo espaço para mais CCs dentro do Palácio para levar a Defesa Civil para um posto que foi todo reformado pela comunidade. (Palmas.)

Eu quero trazer uma experiência pessoal. A gente faz a campanha do envelope: R\$ 10,00, R\$ 20,00, cada um põe o que quer. No ano passado, como o meu sogro era padeiro e nos deixou alguns terrenos no interior, vendemos um terreno; no momento em que vendemos um terreno, eu e meu marido fomos levar R\$ 1 mil para o posto, para a

Mimosa, que é uma viatura Blazer da Cidade Baixa, ser reativada. Isso foi dado de coração, é uma doação. Agora, eu não aceito que tudo o que a Cidade Baixa dê seja retirado. Eu queria passar a palavra para a minha colega falar um pouquinho.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu queria, primeiramente, dizer o seguinte: eu me pergunto quem está dando esta ordem de fechar os postos da Brigada Militar? Isto é uma grande palhaçada. Significa trabalhar contra tudo o que se construiu. E mais: que direito vocês têm de tirar o pouco de segurança que nós ainda temos? Isso é uma via de mão única? Isso significa que eu pago os impostos, e vocês pagam também os salários dos parlamentares, e o direito que eu tenho é perder o pouco de segurança que ainda existe? Vocês transformaram Porto Alegre em Porto Alegre só no nome, uma cidade que vive uma crise, mas uma crise de incompetência política maior que maior outra crise! Trabalhando como eu trabalho com a comunidade, tenho para dizer a vocês que, se eu chegar em qualquer comunidade e perguntar se a comunidade quer que tire dez parlamentares ou um policial da Brigada Militar, eu não tenho a menor dúvida: “Tirem os parlamentares, mas não tirem os nossos PMs”. (Palmas.) E aqui fica um recado para vocês: não usem mexer com a nossa Brigada Militar, porque vocês vão estar mexendo com toda a comunidade, com toda a Porto Alegre. E, como eu disse, de Porto Alegre só o nome.

Só para finalizar, eu sou funcionária pública aposentada da Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul, meu marido é engenheiro aposentado do DAER, e ontem o Governador falou que 55% da folha é de inativos, esses inativos sempre contribuíram muito. Eu estou aposentada e continuo contribuindo para a Previdência, o meu Imposto de Renda fica todo no Rio Grande do Sul, não vai para a Receita Federal. Eu quero esse dinheiro seja... Que eu não tenha que pegar R\$ 1 mil do terreno vendido do meu sogro e colocar para ajudar a Brigada Militar. Eu quero que esse meu dinheiro e de todos esses 55% de aposentados seja valorizado, porque neles têm muitos brigadianos também. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sra. Ana Lúcia. O Sr. Maurício Melo, Presidente do CC-SUL e Rei Momo da cidade de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. MAURÍCIO MELO: Boa noite, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; ao cumprimentá-lo, cumprimento as demais autoridades da Mesa. Boa noite a todos os que estão aqui neste grande debate, principalmente às pessoas que estiveram nesta tribuna contribuindo com este grande debate, que é a Segurança pública, parabéns a todos os que estão aqui hoje.

Eu me inscrevi, sim, para vir aqui, Sr. Presidente e todos, e fazer também alguns relatos. A questão de Segurança pública envolve muitas coisas, como aqui foi falado. Problemas têm, e todos nós assistimos nos telejornais, principalmente quando a mídia começa a dizer que não se tem policial na rua, incentivando o vagabundo a vir nos assaltar. A própria mídia, muitas vezes, acaba não nos ajudando. Então, essa questão a gente tem que atacar pela educação. Eu acho que está na hora, sim, das políticas públicas acontecerem, começando pelo adolescente. Quando se tem uma oficina... Vou dar um exemplo aqui, eu estudava na Escola Evaristo Flores da Cunha, em Belém Novo, quando tinha, então, 17 anos de idade e vinha aqui para a Av. Padre Cacique, na FEBEM. Eu não era interno, mas ali ofereciam cursos profissionalizantes, e, no turno inverso da escola, eu vinha ali aprender a ser empacotador lojista, cursinho de hortifrutigranjeiro. Mas eu, graças a Deus, não estava nas ruas. E aí me ocupava, me cansava durante a tarde, eu estudava de manhã, para que à noite não estivesse na rua e dormir, para no dia seguinte acontecer tudo isso. Diferente do meu filho, que, com 17 anos, morava no foco da Vila Cruzeiro, Coronel – no foco da Vila Cruzeiro –, morava ele ali, onde não se tinha políticas públicas, e ele sentava na esquina escutando adolescentes marginais contando quem emprestava arma para fazer um bom assalto, como se vendia a droga na Vila. Então, a falta de política pública dá oportunidade ao adolescente de estar na esquina escutando o que não se faz.

Um outro tema que eu quero pedir aqui... É muito fácil vir à tribuna, a gente, muitas vezes, tem a mania de conversar, conversar, e as coisas não saírem do papel. Eu tenho certeza, Sr. Presidente, Cassio Trogildo, e demais autoridades e todos os que falaram aqui, que basta! Na Segurança pública, está na hora de a gente sacudir, se mexer e mostrar o que foi muito bem dito aqui, que não está a população aqui porque ela está com medo de estar na rua. E por que não estão aqui também as autoridades eleitas, os 36 Vereadores desta Casa? A verdade tem que ser dita também.

Agora, o que a gente precisa aqui? Eu quero pedir que a Brigada Militar... E quero parabenizar a Guarda Municipal, porque eu tenho visto duas, três vezes, pela orla do Rio Guaíba, “atracar” pessoas que estavam roubando fio ali na orla. E ali conseguiram trancar os marginais até que a Brigada chegasse. E eu acho que é uma grande solução, porque, nós, como líder comunitário, estamos na periferia, e as barreiras itinerantes têm que existir! No momento em que tem barreira na rua esperando o marginal, ele vai começar a saber que, a qualquer momento, pode entrar um PM. E a Polícia Civil tem que se fazer presente junto, de chegar numa lotação e pedir que todos desçam e revistar; também dentro de um ônibus. Na barreira, simplesmente, uma viatura chama o apoio da Guarda, chama o apoio, e vamos lá. Porque, se nós não atacar e tirar a arma dos vagabundos... Quem deveria fazer isso, todo mundo diz, é o Exército, que tinha que trancar as barreiras. O que acontece? Qual a função do Exército? Tiveram a coragem de me dizer que a função do Exército é prevenir se tiver uma guerra. Guerra está dando agora, companheiro, tem gente morrendo! E o Exército não vai fazer nada? Está na hora de o Exército, talvez, começar a fazer barreiras na Cidade para tirar a arma dos vagabundos. E o que não dá para aguentar – e ninguém quer trabalhar sem salário – é ver a Brigada, a Polícia Civil, professores, que são os que têm que dar educação, receberem R\$ 400, R\$ 500, R\$ 800. Isso é lamentável. Isso, sim, é lamentável. Isso é falta de pensamento, é falta de organização, é falta de muito debate, é incapaz – a pessoa – para chegar e não pagar o Poder Público para ter segurança. Hoje, saúde está um caos, também a habitação, está tudo um caos, mas nada pior do que a segurança pública, porque a gente, hoje, está aqui, mas não sabe, se amanhã, vai poder estar no trabalho, a gente não sabe se vai poder curtir nossos filhos.

Então, eu peço, Presidente, que esta Casa, como o debate foi feito aqui... Eu gostaria muito que os Vereadores que estavam aqui ainda há pouco, Presidente Cassio – a Câmara está no Comitê Municipal de Segurança –, façam discussões nas regiões. Eu garanto para vocês que, lá na base, lá no bairro, na região, nós vamos mostrar nossa população. Lá, as pessoas vão ter coragem de sair da sua casa e discutir de verdade. E que bom quando a gente vê um comandante fardado discutindo com a população, como foi dito aqui, próximo. Então, muito obrigado, parabéns. Eu espero que saia do papel. Parabéns a todos vocês aqui que fazem a segurança pública. Mas pensem nisto: as barreiras, Comandante, são essenciais para que acabem os assaltos a ônibus, ao

lotação, também é um jeito de coibir quem não pagou IPVA, para se arrecadar, para poder pagar a Brigada Militar. Uma boa noite a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Encerramos as inscrições de plenário. Passaremos agora às intervenções da Mesa. O Sr. Paulo Kruse, Presidente do Sindilojas, está com a palavra.

O SR. PAULO KRUSE: Boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Mesa, e, em seu nome, todos os outros componentes. Gostaria de cumprimentar os membros dos comitês comunitários. Tudo que foi dito aqui hoje acho que reflete bem o que todos nós pensamos de segurança pública. Então, vou aproveitar estes cinco minutos que tenho para provocar nos senhores algumas reflexões. Eu acho importante, fazendo parte de uma comunidade como nós estamos aqui, nós fazermos algumas reflexões para chegarmos a algumas soluções.

Eu queria corroborar com o Ver. Valter Nagelstein referentemente ao pouco número de pessoas que estão aqui. A sociedade sofre muito com a insegurança, e nós deveríamos estar com as galerias lotadas de pessoas aqui, reivindicando mais segurança. Eu queria falar também que aqui nós temos o Coronel Ikeda, nós temos o Delegado Cléber, o Delegado Carlos, nós temos aqui também o Coronel Vieira, que antecedeu o Coronel Ikeda no 9º, e esses cidadãos são profissionais da segurança pública. Portanto eles entendem tudo que nós, como cidadãos, sentimos na pele, nas nossas lojas, nas nossas casas, nos nossos bares, restaurantes, em qualquer lugar da Cidade; eles sabem muito melhor que nós por experiência, pelo trabalho, pelo convívio e por profissionalismo. Então, nós, realmente, não temos o que ensinar para eles, nós não temos o que dizer para eles, como fazer, o que é melhor, o que não é melhor. Na verdade, eles sabem. O que falta, no contexto, é um sistema que não é de Porto Alegre, que não é do Rio Grande do Sul, Ver.^a Sofia Cavedon; é do Brasil. Nós, população, independente de partido, independente de qualquer classe social, nós, cidadãos, deixamos acontecer o que está acontecendo hoje aqui em Porto Alegre, lá nos confins do Pará, em Santa Maria, em Rio Grande, em Pelotas, em Florianópolis, no Rio do Janeiro; em todas as cidades do Brasil é a mesma coisa. Se vocês forem ver, é a mesma coisa. Então, nós, como sociedade...

Eu ouvi de várias pessoas que usaram a palavra antes de mim que o Estado não tem dinheiro. Realmente, o Estado não tem dinheiro. E aí? Nós vamos exigir que o dinheiro caia do céu? Não. Eu acho que nós, como sociedade, temos que começar a pensar no plural, em que todos têm que perder, e os nossos políticos, ao tratarem dos assuntos, têm de pensar no bem comum e não só na oposição ou na situação. O problema de segurança não é problema nem do PT, nem do PMDB, nem do PDT – é de todos. Se o partido está no Poder, os outros são contra. E isso é para todos. Quer dizer que nós, como sociedade, estamos degradando. Ou nós vamos pensar nisso... A comunidade do Partenon e a comunidade do Cristal têm que se reunir e saber que os problemas de uma são os problemas da outra. E não querer que “eu seja beneficiado”. O Sindilojas Porto Alegre não pode querer que só comerciantes sejam beneficiados. É a sociedade como um todo. Nós temos que pensar em mudar a sociedade.

Outra coisa: dinheiro não tem, não tem! Então, nós vamos dizer: “O Governo, o Governo, o Sartori”. Aliás, o Sartori é o culpado de tudo...! Se chover, ele é o culpado. Antes era o Tarso Genro, e, antes do Tarso Genro, era outro. E, antes, outro. Tudo que está acontecendo no Brasil, o Rio Grande do Sul é diferente. Sociedade, venha discutir a coisa de uma forma plural e tratar dos nossos interesses conjuntos, sem benefício para uns, sem benefício para outros. Está na hora de os partidos políticos, de os políticos – que somos nós, aliás, que colocamos os políticos – decidirem a coisa pensando no futuro, numa situação em que as minhas netas possam viver com tranquilidade, que elas possam sair à rua, brincar, andar de bicicleta, que é o que nós não fazemos hoje.

Então, eu queria fazer essas reflexões porque os profissionais de segurança pública sabem tudo de segurança pública! Eu tenho contato com o Coronel Ikeda, com o Delegado Cléber, nós temos reuniões, falamos sobre isso, e eles entendem muito mais do que todos nós, porque esse é o dia a dia deles. O que nós temos que entender é que nós, como sociedade, temos que fazer a coisa funcionar sem olhar o umbigo de um e nem o umbigo de outro. Obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Paulo Kruse, Presidente do Sindilojas. O Sr. André Roncatto, representante da Fecomércio, está com a palavra.

O SR. ANDRÉ LUIZ RONCATTO: Quero saudar o Presidente da Câmara, Ver. Cassio Trogildo e, na figura do Vereador, os demais membros da Mesa. Quero parabenizar a iniciativa do Vereador proponente, Valter Nagelstein, porque esse tema é um tema de todos e me solidarizo à fala do amigo e colega Paulo Kruse, que neste debate nós precisaríamos ter o comprometimento de todos os representantes da sociedade aqui na Câmara de Vereadores, não apenas para esta assembleia, não apenas para esta Audiência Pública, e sim para os desdobramentos que virão, porque necessitaremos nos unir como sociedade para encontrar os caminhos.

Este tema é muito complexo, e, como foi dito antes, nós sabemos que passa pela educação, passa pela prevenção e pela repressão. No momento, no cenário atual, nós não podemos deixar de atuar na educação e na prevenção, mas precisamos reverter, com a repressão, o clima de insegurança, de medo. Eu tenho todo o reconhecimento e gratidão – nós, como Fecomércio – à Brigada Militar, à Polícia Civil, que têm esse enfrentamento direto com o crime organizado. Não posso deixar de registrar a nossa preocupação, nesse ambiente de insegurança, com o aumento da criminalidade, com o aumento do medo dos nossos representados, mostrando cicatrizes quando heroicamente vão abrir seu estabelecimento para buscar o seu sustento, gerando emprego e renda. Vejam a nossa preocupação com os nossos colaboradores, que saem das empresas num ambiente de medo, que saem das lojas num clima de insegurança para voltar às suas casas, para voltar às suas famílias.

Valorizo e reconheço as manifestações de todos os que me antecederam, mas preciso chamar a atenção para um outro problema relacionado ao crime organizado, à violência, que é o aumento dos ambulantes no Centro da Cidade. É reconhecido que ali tem relação direta com o crime organizado, com o assalto e receptação de produtos roubados. Então chamo a atenção no sentido de que seja renovado o convênio da Brigada Militar com a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, com a Prefeitura de Porto Alegre. Em relação a esse convênio, tivemos uma matéria recentemente no Diário Gaúcho falando do quanto prejudica a ausência desse convênio, do quanto aumenta a criminalidade, do quanto essa ausência influencia no aumento da criminalidade. Também preciso registrar nossa gratidão aos fiscais da SMIC, que, de uma forma heróica, enfrentam também essas distorções, essas pessoas que não têm respeito pelas regras da sociedade e que colocam a integridade desses agentes em risco.

Por fim, nós, da Fecomércio, queremos nos unir com os Poderes, com a sociedade, para construir soluções no combate a esse inimigo de todos e para resgatar a Porto Alegre melhor que todos queremos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Antes de passar a palavra ao nosso próximo orador, preciso ratificar que esta Audiência Pública foi uma proposição da Mesa Diretora da Câmara Municipal por solicitação do Comitê Permanente de Segurança Metropolitana, da bancada do Partido dos Trabalhadores, do Conselho Comunitário de Segurança do Lindóia, do Conselho Distrital de Saúde Glória, Cruzeiro e Cristal e também da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, o Ver. Valter Nagelstein foi o proponente na Comissão desta Audiência. O Sr. Eduardo Ernesto Lucas Almada, Diretor de Serviços Administrativos Associação dos Juizes do Estado do Rio Grande do Sul, AJURIS, nossa parceira no Comitê de Segurança Metropolitana, está com a palavra.

O SR. EDUARDO ERNESTO LUCAS ALMADA: Boa noite a todos. Ao mesmo tempo em que saúdo o Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, e os demais componentes da Mesa, quero elogiar a iniciativa de realizar esta Audiência Pública sobre segurança, porque, talvez, o que fique mais patente de todas essas manifestações é que a segurança pública, além de ser uma questão para profissionais, não deixa de ser uma questão muito mais complexa que envolve muitas outras determinantes e que este debate público pode nos conduzir a soluções e a um diálogo maior. Eu, particularmente, fiquei muito sensibilizado com certas falas que tivemos aqui, e uma é talvez essa falta de opções que a gente tem para os jovens, os jovens pobres, negros, e eu fico pensando que todo dia estou lá no plantão, e chega um flagrante de tráfico de drogas, a Brigada Militar prendeu um traficante, um pequeno traficante que tinha lá 50 ou 100 petecas de *crack*. E o que acontece? A Brigada saiu e deveria ter de cinco a dez outros jovens na fila para tomar aquele lugar. Então, talvez isso seja a maior contribuição que a comunidade pode dar aqui. A gente tem que buscar soluções diversas; de repente, fazer as coisas um pouco diferentes, sem deixar, por óbvio, de fazer aquela questão técnica da segurança pública. A gente tem que, de repente, trabalhar mais esporte, mais educação, mais lazer, que foi o que quase todos os oradores trouxeram aqui. E o que eu trago como membro da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul é a questão prisional. Eu acho que, se a

violência teve um incremento muito grande, a gente não percebe o incremento igual na questão dos presídios. Hoje, por exemplo, nós temos uma casa prisional com 2.400 vagas praticamente pronta, mas que não pode ser usada por detalhes talvez pequenos. Então podemos, talvez, conclamar um pouco mais de gestão do Poder Público para que as coisas aconteçam um pouco mais rapidamente.

E sobre os presididos, talvez uma das questões mais importantes é que o Estado tem que tomar conta dos presídios, não os presos, porque o que a gente percebe – já trabalhei na execução por um bom tempo – é isto, dentro do presídio, os presos fazem o que bem querem. Eles têm comunicação, têm a própria lei deles, internamente, quem tem o poder de mando.

Então a minha mensagem é que a gente tem que ingressar nos presídios e colocar o Estado lá dentro, dominar aquela situação. Por incrível que pareça, isso é uma coisa que eu já venho dizendo há um bom tempo, a questão prisional afeta muito mais a segurança na rua do que a gente imagina, porque toda a voz de comando está ali. Hoje o que a gente percebe é que cada facção é dominada por um determinado bairro. Então essa é a mensagem que eu trago e, mais uma vez, elogio a iniciativa do Ver. Valter de fazer esta audiência pública, porque acho que essa união vai ser muito importante para que a gente possa receber frutos muito gratificantes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passaremos às falas dos representantes do Executivo Estadual, da área da segurança. Então, logicamente, teremos uma flexibilidade no tempo até porque eles terão que abordar todos os requisitos que foram tratados até aqui. Vamos começar pelo representante da Polícia Civil, Delegado Cléber Ferreira.

O SR. CLÉBER FERREIRA: Saúdo o Presidente desta Casa, o Ver. Cassio Trogildo, os colegas da Mesa, os senhores Vereadores e todos os presentes neste ato. Eu inicio dizendo que ouvi atentamente todos, e todas as falas foram importantes, tenham certeza. Agora me chamaram atenção as falas do Ver. Valter, do Ver. Cleiton, do Major-Brigadeiro Alberto Terres, mas todos foram importantes. Por que eu digo que todos foram importantes? Porque quase todos falaram em conjunção de esforços, e realmente é isso aí, nós nos sentimos sós, na realidade, porque tudo deságua na segurança pública, e acho que temos que chamar outros órgãos para que auxiliem a segurança pública. Como

é bom trabalhar no Interior, porque lá nós temos os Conseps, nós temos as comunidades mais próximas de nós, tem o Município, que é próximo de nós, o Estado e até a União, e também a iniciativa privada – estivemos conversando com o Paulo Cruz.

Hoje, para os senhores terem uma ideia, em 15 dias, a Polícia Civil, através de investigação, não flagrante – não estou falando da prisão da Brigada Militar, estou falando da prisão da Polícia Civil –, em 15 dias, realizamos 147 prisões na Região Metropolitana. Isso significa que o Judiciário tem sido sensível, o Ministério Público tem sido sensível, então estamos recolhendo essas pessoas. E tem um número expressivo da Brigada Militar no que diz respeito a grandes prisões. Para os senhores terem uma ideia, nesses quatro meses agora, janeiro, fevereiro, março e abril, o número de prisões quase se iguala ao do ano passado.

Dito isso, eu quero dizer que o nosso maior problema hoje é falta de presídio. Nós não temos presídio. Recentemente, nós – e o juiz que se encontra aqui sabe disso – tivemos, na área judiciária, onde são realizados os flagrantes, por vários dias, 20 presos numa cela que é para dez. Quando eu falo cela são salas de contenção, ou seja, enquanto está sendo formalizado o flagrante, o preso fica ali e depois o recolhemos ao presídio. Chegamos a vinte. Trinta e dois, o colega me socorre aqui, numa cela pequena, sem sol, sem comida. Ficaram dois dias. Dois magistrados estiveram nos visitando; realmente, eles viram a situação, que era de calamidade mesmo. Estavam quase arrombando as portas. A Brigada, quando chegava com os presos que tinham que ficar dentro das viaturas – o Coronel Ikeda pode confirmar –, porque nós não podíamos autuá-los em flagrante, porque não tínhamos onde colocá-los. No momento em que a Brigada chega, quando autuamos em flagrante, temos dois caminhos: encaminhar o flagrante para o Judiciário, para ser analisado, ou recolhê-los no presídio, mas não tínhamos como fazer isso. Estavam retidos na delegacia. Além disso, os policiais militares, que deveriam estar nas ruas, estavam ali nas delegacias aguardando para que fossem efetuados os flagrantes.

Nossa atual administração nos cobrou os crimes contra o patrimônio, pedindo que nós elencássemos, então, as áreas de maior incidência contra o patrimônio – roubo, furto, sei lá. Nós elencamos: região da 13ª Delegacia de Polícia, que fica na Cavahada, na Vila Nova; da 14ª, que é Vila Jardim, Ipiranga, etc.; Bom Jesus, que é a região da 15ª; Ipê I e II; Restinga; Centro, que é a região da 17ª; Jardim Leopoldina, Rubem Berta, etc., da 18ª;

Cruzeiro, que é da 20ª. O cidadão da 8ª Delegacia de Polícia, daquela região, também falou, e, realmente, o furto de veículos ali é muito grande. Nós concentramos, então, nessas regiões, o maior efetivo de policiais para que realmente realizassem esses trabalhos e chegassem a esse número de 147 prisões em 15 dias. Nós temos uma previsão para, em 10 dias, prender mais 200 pessoas, mas vamos ter que colocar essas pessoas em algum presídio.

Para os senhores terem ideia, nós registramos, só em Porto Alegre, 180 mil ocorrências policiais. Dessas 180 mil, 127 mil ocorrências são criminais; ou seja, entram nos cartórios das 23 delegacias, ou seja, dos 20 distritos policiais espalhados pela cidade de Porto Alegre e dos 3 especializados: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM; Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso; Delegacia de Polícia para o Turista. Então essas 127 mil ocorrências entram na carga, ou seja, no passivo das delegacias, fora as ocorrências dos outros anos.

Eu estou diretor da DRPA – hoje eu represento o Sr. Chefe de Polícia – desde 2003, então, faz 13 anos que estou lá, para os senhores terem uma ideia. Quando eu cheguei nessa divisão, nós éramos quase 700 policiais – dentro dessa cota, não estavam os delegados, que, hoje, são 30. Hoje, senhores, temos quase 400 trabalhando! Então vejam bem o esforço que está sendo feito. Agora mesmo, nós tivemos uma operação no Centro, e outras deverão vir, tenham certeza disso. Estamos fazendo, já para a próxima, para o dia 20, uma grande operação numa outra região policial, que, evidentemente, por questões de sigilo, não posso dizer, mas digo que faremos outras operações.

Como nós estávamos com um grande número de roubos de transportes coletivos, nós fomos obrigados, então, a pedido, inclusive, dos próprios empregados da empresa coletiva...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CLÉBER FERREIRA: Bem senhores, tenho certeza de que a angústia dele é a nossa também. Com os roubos no transporte coletivo, nós fomos obrigados a concentrar esforços e criamos a força tarefa. Em menos de 30 dias, já temos identificados e presos 30 autores que praticaram vários roubos no transporte coletivo. São pessoas que saíam para trabalhar de manhã, com seus parques recursos, e eram assaltadas. Então, como

fomos obrigados a concentrar esforços, evidentemente, outra região sofreu para que pudéssemos atender essa demanda feita pelo transporte coletivo.

Para finalizar, eu diria que o Município poderia ser o protagonista na criação de mais presídios, que é o que está faltando para recolher esses indivíduos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Cel. Mário Ikeda, Comandante do Policiamento da Capital, está com a palavra.

O SR. MÁRIO IKEDA: Boa noite a todos, quero saudar toda a Mesa e, em especial, quero saudar o nosso Presidente da Câmara Municipal, Ver. Cassio Trogildo, saudando assim todos os Vereadores da Casa. Em nome do Cel. Fraga, nosso Secretário de Segurança Municipal, saúdo todos os representantes do Executivo Municipal. Também quero saudar a Cel. Nádia, representando a Secretaria Estadual dos Direitos Humanos e nossa Coronel da Brigada Militar, estendendo nossa saudação aos nossos brigadianos, Cel. Malabarba, Major Adriano Bokerskis, Cel. Najara, que é Comandante do 21º BPM na Restinga, Cel. Guacir. Estiveram aqui conosco o Cel. Goulart, Comandante do 1º BPM, o Cel. Vieira e o Cel. Kraid. Também quero saudar os policiais civis, Delegado Cléber, companheiro de labuta diária; Delegado Carlos, somente hoje essa é a terceira reunião de que participamos. Isso é uma demonstração do trabalho conjunto que as polícias estão fazendo. E saúdo o nosso Delegado Cleiton.

Estamos aqui, além de representar a Brigada Militar, a Secretaria de Segurança Pública do Estado, para dizer que, em relação às ações que estamos fazendo, respondendo a várias perguntas e colocações que foram feitas, todas verdadeiras com suas vivências, a Brigada Militar tem trabalhado em três vertentes principais. A primeira busca atender às demandas das emergências, atender ao 190, às urgências da comunidade porto-alegrense. Diariamente, temos em torno de 4 mil a 5 mil ligações para o 190, somente em Porto Alegre. Dessas, em torno de 800 se tornam ocorrências policiais, quando demandamos viaturas para atender à comunidade. Semelhante ao sistema de saúde, nós atendemos a todos indistintamente. Também com critérios de urgência e emergência para aqueles casos que tenham prioridade, sempre procurando atender a todos. O 190 é a nossa urgência. Também trabalhamos com a prevenção. Não mais com condições de

atender no modelo Pedro e Paulo, porque não temos mais aquele efetivo. Isso já foi amplamente divulgado. A Brigada Militar não tem mais efetivo.

Já respondendo algumas colocações referentes a postos da Brigada Militar. Efetivamente, no ano passado e neste, fechamos alguns. Mas em todos esses não fizemos essa gestão para atender pior a comunidade. Tenham a certeza que isso foi feito para poder atender melhor e ao maior número de pessoas. Embora saibamos que aquelas comunidades que tiveram os postos fechados discordem, e venham a público trazer esse debate. Mas tenham a certeza que, independentemente do posto, se não me engano, do ano passado até hoje foram seis postos, mas foi para atender, fazer uma prevenção melhor. Não foi com a intenção de desassistir, de afastar da comunidade, foi para termos uma capacidade de atender melhor e o maior número de pessoas. Mas está mais difícil fazer a prevenção, diminuindo as condições de efetivo e as condições materiais. Buscando atender às demandas da comunidade nós fazemos a repressão. A repressão nós fazemos em virtude daqueles anseios das comunidades, das associações de bairros onde a Brigada Militar busca estar presente nas reuniões em que é convidada, nos fóruns regionais, e também, levando muito em conta os dados estatísticos oficiais do Estado, nós buscamos fazer a chamada repressão qualificada, trazendo os indicadores de criminalidade a um patamar aceitável. E é isso, essa sensação de insegurança nós medimos muito em cima daquilo que nós somos cobrados, mas também medimos em cima dos indicadores de criminalidade.

A Brigada Militar, independente de qualquer dificuldade, com parceria com os demais órgãos – Polícia civil, Guarda Municipal e outros órgãos não policiais que também nos auxiliam no combate à criminalidade do dia a dia, como por exemplo, a SMIC – busca fazer essa repressão. Neste ano, embora todas as dificuldades, fazendo remanejamento de efetivo, trazendo policiais militares de outras cidades para Porto Alegre, nós estamos fazendo a Operação Avante, que até este momento nós estamos em áreas de vulnerabilidade social, com altos índices de homicídio, buscando fazer a repressão, fazendo a apreensão de armas, a prisão de traficantes, a apreensão de drogas e buscando fazer a redução do indicador do homicídio. Então, temos feito um grande número de apreensões.

Eu trago aqui a público que nós já debatemos principalmente com o comércio da área central de Porto Alegre; amanhã nós lançaremos uma nova fase dessa Operação Avante,

buscando trazer uma maior segurança à área central de Porto Alegre, que tem um dos maiores indicadores da Cidade de roubos, tanto a pessoas, quanto ao comércio. Então, vamos lançar uma operação amanhã para diminuir esses indicadores. Tudo isso dentro da repressão qualificada. Então, nós temos a prevenção, atendimento no número de emergência -190 e a repressão qualificada.

Gostaria de colocar aqui em debate, dentre as falas que foram trazidas aqui... Esse crime que todos comentam vem muito em cima do tráfico de drogas e dos crimes conexos a esse tráfico de drogas, porque o traficante não faz um caixa para fazer investimento no mês seguinte, como é necessário para o comércio; ele comete crimes para buscar o dinheiro, ele rouba veículo, rouba o comércio para comprar mais drogas.

Então, eu lhes trago aqui que tudo isso que tem acontecido dessa violência. A nossa percepção profissional é que isso é oriundo do tráfico de drogas, e o tráfico de drogas existe porque tem aumentado, consideravelmente, na nossa sociedade o consumo de drogas. O consumo de drogas aumentou nos últimos anos, porque, a partir de 2006, houve a despenalização do uso da droga, e tudo indica que dentro em breve teremos a descriminalização. Então ela não tem mais pena e passará a deixar de ser crime, conseqüentemente isso tem aumentado. O tráfico aumentou? Porque tem mais usuário! Diariamente nós prendemos traficantes. Eu olhava, aqui no WhatsApp, durante o tempo em que estou aqui, no mínimo, que pegaram, aqui em Porto Alegre, três traficantes de drogas. Todos com armas, todos com drogas. Só que, nesse mesmo lugar em que foi preso... Diariamente nós pegamos esse traficante que está lá na ponta vendendo a droga e essas pessoas que estão fazendo a segurança no ponto de drogas e cometendo homicídio; mas amanhã ou hoje mesmo, mais tarde, terá outra pessoa vendendo a droga. Mas por que tem gente vendendo? Porque tem gente usando.

Lá atrás, em 2006, quando foi pensado em se despenalizar o uso de droga, acredito eu que foi pensado que a saúde absorveria essas pessoas que usam drogas para trazer a segurança a essas pessoas, e conseqüentemente, diminuir, deixar isso de ter uma pena, de ser um crime e ser um caso de saúde. Mas isso não aconteceu. Isso tem gerado – e eu estou trazendo aqui para este debate para que possamos raciocinar, porque todos esses crimes fazem parte da nossa sociedade, das nossas famílias, dos nossos vizinhos. E nós, diariamente, lutamos e enfrentamos todos esses crimes. Aumentou: um dos senhores trouxe aqui ao debate que aumentou o homicídio e aumentou o número de

armas. Dois anos atrás nós não encontrávamos fuzis nas vilas; não havia fuzil, não tinha arma importada e poderosa. E hoje é só o que nós encontramos, porque aumentou o poder econômico, aumentou o poder bélico e aumentou também a disputa pelos pontos de drogas, a disputa entre as facções criminosas. Então tudo isso nós temos observado. Além disso, nós tivemos, em 2011, a Lei dos Crimes Afiançáveis, quando aumentou o rol de crimes que são afiançáveis; não que não seja punido, não que essas pessoas deixem de responder ao crime, mas ela se tornou um pouco mais benevolente. Dos criminosos que nós prendemos, temos pessoas que efetivamente não vão para a cadeia. Já não tem vaga na cadeia: nós já estamos prendendo gente e não tem mais vaga. Mas, mesmo assim, muitos crimes são afiançáveis; por exemplo, nós pegamos, diariamente, pessoas dirigindo veículos que são furtados ou roubados. Elas só trocam a placa e andam nas ruas. Nós prendemos; a pessoa paga fiança, responde em liberdade. E nós temos, em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, também, um alto índice de furto e de roubo de veículo. Então, eu trago esses dados em debate para que nós possamos pensar, como sociedade, nessas questões, para que num futuro a gente possa debater e pensar que caminho nós estamos tomando em relação à droga. E, cada vez mais, nós discutimos os nossos direitos, porque temos efetivamente grandes direitos. Nós, como policiais, estamos buscando atender a todos esses direitos, trabalhando e nos esforçando, independentemente de qualquer dificuldade profissional que nós tenhamos, independentemente das condições do Estado e até de questões salariais pelas quais nossos colegas, todos nós estamos passando neste momento.

E, para encerrar, uma das pessoas salientou aqui que, em relação à reintegração das instituições, às questões das câmeras de segurança, nós já temos essa integração hoje. Na Secretaria de Segurança, o Departamento de Comando e Controle Integrado já tem as câmeras do Município, tanto da EPTC, quanto da Guarda Municipal e as da Secretaria de Segurança; além dessas, tem as do Trensurb, de todas as linhas de trem, as da Polícia Rodoviária Federal, as da Concepa – são mais de 800 câmeras que o Departamento de Comando e Controle Integrado da Secretaria de Segurança tem lá naquele local. A partir de lá, faz o despacho tanto do 190, o recebimento e o despacho das viaturas, quanto à visualização dessas câmeras. E, se constatada ocorrência policial, também faz o despacho.

Então, estamos à disposição de todos, sempre participando de forma ativa, buscando atender a todos os anseios da comunidade, da melhor forma que nós pudermos atender. Tenham sempre a certeza de que a Brigada Militar é parceira e busca atender melhor. Pode ser que, em detrimento de algumas comunidades, mas é buscando atender uma comunidade maior. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Cel. Nádia Rodrigues Gerhard, representante da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, está com a palavra.

A SRA. NÁDIA RODRIGUES SILVEIRA GERHARD: Cumprimento o Presidente desta Casa, Ver. Cassio Trogildo e, em seu nome, todos os Vereadores e as autoridades mencionadas que estão na Mesa, para que eu não me delongue demais. Também gostaria de cumprimentar a Rosa Helena, do Conselho Distrital de Saúde do Partenon. Por muito tempo, comandi a área do 19 e também a Vanessa Vieira, que é da Associação Ipanema: Eu moro, eu Cuido, de Ipanema, em cujo local eu moro também. Não poderia me furtar de cumprimentar o Cel. Guacir, nosso grande Cel. Guacir, e, em seu nome, todos os colegas e o Ikeda. Como moradora da Zona Sul, por diversas vezes eu já liguei como moradora e não como coronel, nem como colega, para cumprimentá-lo, sim, pela movimentação que vi na Zona Sul, na questão da Brigada Militar. Quero cumprimentar, principalmente, as associações e conselhos, senhoras e senhores que vêm aqui falar sobre segurança pública.

Eu me sinto muito legítima, neste momento, de conversar sobre a pauta que aqui está, porque trabalho numa Secretaria que exatamente fala de segurança pública, que é a Justiça e Direitos Humanos, que é tudo o que nós queremos: que a justiça seja feita, que os direitos das pessoas humanas, pessoas de bem realmente sejam tratados como tal. E faço das palavras do Sr. Paulo, do Sindilojas, as minhas – até fui cumprimentá-lo antes. E dizer que, sim, nós queremos iniciativas privadas em pleno funcionamento; que nós queremos um Estado que proporcione total segurança para todos, mas que, muitas vezes, nós – incluo a mim e a todos da Mesa e os que estão nesta plateia – agimos como se o direito dos outros no existisse. Então, eu acho que falta repactuarmos sociedade, repactuarmos todos nós. Lembro Dominique Wolton, escritor francês que fala de vários itens importantes para a segurança do século XXI. Vou relatar somente dois: um deles é a

coparticipação – e aqui eu falo para o Ricardo Portolan, que se diz não ser especialista na segurança, mas todos somos. Todos somos a partir desse coparticipação, que é o processo de cooperação social, no qual um se dá na medida do outro. Isso é importante para que a gente faça uma releitura das coisas; que segurança pública, Vanessa, que tantas vezes nós conversamos na associação, não se faz só com a Polícia Civil, com os delegados, não faz só com a Brigada Militar – e aqui faço uma homenagem especial a Cel. Najara, que, dentre tantos comandantes, é uma mulher que está à frente de um batalhão –, se faz conhecendo o local onde se trabalha, conhecendo as pessoas que ali estão. E digo que é importante que o artista vá aonde o povo está. É importante, sim, que as autoridades, sejam policiais, sejam Vereador... E fico triste, meu Presidente, que, dos 36, nem meia dúzia, não chega a uma mão, esteja aqui falando sobre segurança pública; podem não ser especialistas, mas conhecem as comunidades e é importante estarem aqui.

E o segundo ponto que eu levanto sobre o porquê da segurança do século XXI e como fazê-la, além da coparticipação, é a alternidade, que diz: alternância da autoridade com o povo e do povo para com a autoridade – essa troca mútua de conhecimentos. E a Brigada Militar e a Polícia Civil não trabalham de outra forma, se não for com a informação. Mas a partir do momento que temos comunidades que sabem que ali, em dado momento, em dada casa, em dado local, existe um ponto de drogas e que eu não falo e que não discuto sobre isso e não repasso para as autoridades, eu também estou sendo conivente. Não posso acreditar que as pessoas vão ter medo de falar com as autoridades, de falar com os Vereadores. Vou dizer também ao Milton, ao Gerson, que disse: “Eu acho que o pessoal tem medo de ouvir o que as comunidades estão dizendo”. Não, acho que falta escutarmos mais, pedirmos que a comunidade é que venha, ou que as pessoas vão lá. Dizer para o José Antonio, que falou sobre os centros da juventude, e para a Jussara, que falou da cultura da paz, que, através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, aqui em Porto Alegre estão sendo construídos quatro centros da juventude: um na Lomba do Pinheiro, um no Rubem Berta, um na Restinga e um no Morro Santa Teresa, exatamente por serem as áreas de maior vulnerabilidade contra jovens. Ou seja, as autoridades que aqui estão, as pessoas que estão ouvindo as comunidades, estão fazendo por onde.

Vou encerrar para que eu não delongue mais, mas vou dizer assim: há de se cobrar, sim – todos temos que cobrar dos órgãos. Mas também cobrar das nossas comunidades ações pontuais, ações que sejam positivas, ações que façam com que as polícias e os órgãos estejam presentes lá. Falem, chamem, é dever de todos a segurança pública. Nós todos estamos no mesmo barco, e eu digo bem tranquilamente, porque eu sou mãe também, eu tenho três meninos que todo o dia eu vejo sair e quero que voltem, assim como todas as que estão aqui. E é isso que temos que fazer: cooperar, conversar, e por isso eu parabeno a Câmara de Vereadores por esta audiência. É uma das tantas que temos que ter. Daqui vamos sair com outras questões, vamos sair com reflexões, ponderações, e vamos ter que fazer, sim, ações positivas, ações que façam mudanças, repactuar Porto Alegre já. Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos. Está sempre no momento de renovar, vamos pensar nisso. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Bem, estamos chegando no final da nossa audiência. Eu queria aqui agradecer a presença de todos e me desculpar com quem eventualmente achava que poderia estar aqui na Mesa. Não foi por nenhum desrespeito, muito antes pelo contrário; a Mesa até falou por último, na verdade a assistência é quem falou primeiro. Nós seguimos um rito de cerimonial aqui estabelecido por um decreto que a Casa sempre segue, mas esta é uma das oportunidades que tivemos de nos reunir. Tivemos aqui a presença dos Vereadores Marcelo Sgarbossa e Valter Nagelstein; o Ver. Delegado Cleiton e a Ver.^a Sofia Cavedon continuam aqui presentes. E quero dizer que talvez daqui possa sair, Ver. Delegado Cleiton e Ver.^a Sofia, o nosso comitê permanente de segurança de Porto Alegre, talvez a Câmara possa ser a proponente deste comitê integrando todos os órgãos. (Palmas.) Logicamente, aqui ninguém quer ser mais pai da criança, porque essa criança tem muita dificuldade, então na verdade precisamos muito mais é buscar soluções, e nós temos a convicção de que a solução passa, sim, por muito debate, muita construção, a integração de informações. Nós, que somos do Município e estamos aqui com autoridades também do Governo do Estado, sabemos que constitucionalmente sempre se diz que os Municípios têm menos responsabilidade com segurança pública, mas nós queremos, sim, que os Municípios assumam mais responsabilidade. E Porto Alegre pode assumir mais – o Coronel Fraga está aqui – só com a integração das informações. Está faltando isso, essas informações estão aí

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública 04MAI2016

disponíveis. Segurança pública é o conjunto das ações do Poder Público constituído em todas as esferas, então mobilidade urbana é segurança pública; o posto de saúde funcionando bem na comunidade é segurança pública; a escola, a creche para as pessoas poderem deixar seus filhos é segurança pública; presídio é segurança pública. Logicamente, as polícias que fazem a investigação ou o policiamento ostensivo têm muita responsabilidade. Agora, mais do que isso, não estamos, acredito, num debate para achar culpados, nós precisamos estar no debate para achar soluções, e eu tenho a convicção de que essas soluções passam por reuniões como esta, que vai até às 22h20min.

Para finalizar, quero fazer uma ressalva em relação aos demais Vereadores que não estão aqui presentes: esta é uma Casa que trabalha muito, somos 36 Vereadores, e podem ter a certeza de que aqueles Vereadores que aqui não estiveram estão em outras comunidades, em outros lugares tratando também de segurança ou das outras tantas dificuldades que a Cidade tem.

Quero agradecer e já renovar o convite para que, em breve, tenhamos outras reuniões para tratar de segurança pública. Muito obrigado e um grande abraço. (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às 22h20min.)